

TEMAS ECOLÓGICO PARA COMUNIDADES INDÍGENAS



FICHA TÉCNICA

AUTORIA

Andrea Leme da Silva

REVISÃO

Mozart Augusto Mariano Machado

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Olivia Ferraz de Almeida

EQUIPE TÉCNICA DA CORAM/CGGAM/FUNAI

André Alexei Tarapanoff

Andrei Camargo Duarte

Cecília Pires Isaac Borges Woortmann

Fernanda Nunes de Araujo Fonseca

Mozart Augusto Mariano Machado

Nathali Germano dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586i ICMS ecológico para comunidades indígenas / Andréa Leme da Silva; revisado por Mozart Augusto Mariano Machado – 1. ed. – Brasília: Funai, 2022.
Recurso digital. 74 p. :il.

Formato: PDF

ISBN: 978-65-88613-14-6

1. ICMS ecológico 2. Terras indígenas 3. Proteção ambiental.
I. Título

CDU 502:336.2



1. Terras Indígenas e os serviços ecossistêmicos	4
2. Entendendo o ICMS Ecológico.	5
2.1 Critérios ambientais utilizados na avaliação das áreas protegidas	9
3. Legislações estaduais referentes ao ICMS Ecológico nos estados.	12
3.1 Paraná	13
3.2 Mato Grosso	24
3.3 Mato Grosso do Sul	33
3.4 Tocantins	45
4. Legislações Municipais de IMCS Ecológico e formas de repasse.	59
5. Boas práticas e aprimoramento da gestão do ICMS Ecológico para os estados prioritários	63
6. Referências bibliográficas	70
Anexos.	72

1. TERRAS INDÍGENAS E OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

As terras indígenas são reconhecidas mundialmente por seu papel na conservação ambiental, colocando o Brasil em lugar de importância estratégica na proteção da biodiversidade e no enfrentamento às mudanças climáticas. As terras indígenas asseguram serviços ecossistêmicos essenciais para a regulação climática, conservação da biodiversidade, etc., para o Brasil e para o restante do planeta.

• PSA •

[Pagamento por Serviços Ambientais]

> instrumento econômico que busca recompensar todo aquele que, em virtude de suas práticas de conservação, proteção, manejo e recuperação de ecossistemas, mantém ou incrementa o fornecimento de um serviço ecossistêmico (TEEB, 2019).

> enquanto os serviços ecossistêmicos consistem em contribuições da natureza para as pessoas, os serviços ambientais estão associados a práticas antrópicas de manejo e uso da terra que permitem a continuidade do fluxo dos primeiros.

• ICMS ECOLÓGICO •

> é considerado uma modalidade de PSA

> é um mecanismo tributário, que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que aquelas às quais já têm direito no âmbito dos recursos financeiros arrecadados pelas unidades federativas por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em razão do atendimento a determinados critérios ambientais estabelecidos nas leis estaduais.

2. ENTENDENDO O ICMS ECOLÓGICO

▶ ASPECTOS TEÓRICOS DO ICMS-E EM TERRAS INDÍGENAS

• ICMS •

O QUE É?

Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Previsto na CF/88, art. 155, inciso II, e na Lei Complementar nº 87/1996.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS:

- **Competência estadual:** cabe aos estados instituir e cobrar o ICMS, que representa 80% do total de arrecadação dos estados (SABBAG, 2014).
- **Repartição da arrecadação com os municípios:** a CF, a fim de garantir a autonomia financeira dos municípios, bem como a descentralização na administração pública, estabeleceu no art. 158, inciso IV, que do produto da arrecadação do imposto recolhido pelo Estado sobre operações relativas ao ICMS, 75% pertence aos estados e 25% da arrecadação do ICMS deverá ser repassado aos municípios (BRASIL, 1988).
- **Distribuição parcialmente desvinculada:** conforme art. 158, parágrafo único, da CF, dos 25% do ICMS repassado aos municípios, 75% deve ser distribuído conforme critérios estabelecidos na constituição, e 25% pode ser distribuído conforme lei estadual. Isso permite a instituição de mecanismos voltados a estimular determinadas ações no âmbito dos municípios, o que possibilita o incremento das receitas destes com base em critérios pautados na melhoria da qualidade de vida da coletividade;
- **Não vinculada a receitas de qualquer espécie (princípio orçamentário da não vinculação de receitas):** segundo art. 167, inciso IV e parágrafo 4, é vedada a vinculação de impostos a órgão, fundo ou despesas, salvo as vinculações previstas na própria CF. Uma vez que o estado, por meio do que está disposto no artigo 167, não tem prerrogativa de obrigar legalmente os municípios a vincular

suas receitas, a “Lei do ICMS Ecológico” consiste num mecanismo indutor para que os municípios, caso queiram aumentar seus índices de participação nas transferências do ICMS, invistam em programas e políticas orientadas para conservação ambiental (LOUREIRO, 2002).

• ICMS ECOLÓGICO •

O QUE É?

ICMS Ecológico ou Verde ou Ambiental refere-se a parte do ICMS repassada aos municípios com base em critérios ambientais, regulados por legislação estadual.

Não se trata de um novo imposto, mas sim da introdução de novos critérios de redistribuição de recursos do ICMS, que reflete o nível de atividade econômica nos municípios em conjunto com a preservação do meio ambiente.

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO:

As leis estaduais de ICMS Ecológico foram editadas como forma de estimular ações de natureza ambiental nos municípios, a partir da adoção de critérios ambientais na distribuição da parcela de arrecadação (25%) não vinculada a parâmetros definidos na constituição. No início, o ICMS foi estruturado como forma de compensar municípios pela restrição de uso do solo em locais protegidos (como unidades de conservação e outras áreas de preservação como as Terras Indígenas), uma vez que algumas atividades econômicas são restritas ou mesmo proibidas em determinados espaços, a fim de garantir sua preservação. Atualmente, o ICMS Ecológico é visto como um meio de incentivar os municípios a criar, ampliar ou aperfeiçoar o manejo de áreas protegidas, com intuito de aumentar sua arrecadação (não restrito apenas a lógica de compensação).

REQUISITOS GERAIS

(em geral previstos em todas as leis estaduais de ICMS Ecológico)

> 0 município deve:

a) possuir em seu território unidade de conservação ou outros tipos de espaços protegidos (ex. Terras Indígenas);

b) desenvolver ações voltadas à conservação do meio ambiente (ex. atividades de educação ambiental, programa de gestão de resíduos sólidos, etc).

• ICMS ECOLÓGICO E TERRAS INDÍGENAS •

> É POSSÍVEL A VINCULAÇÃO da aplicação dos recursos obtidos via ICMS Ecológico aos povos ocupantes das Terras Indígenas?

NÃO

Considerando a atual redação do texto constitucional, não é possível obrigar a vinculação das receitas obtidas com o ICMS Ecológico para a utilização em favor dos povos indígenas, em razão do princípio constitucional da não afetação ou não vinculação das receitas dos impostos [à determinadas despesas].

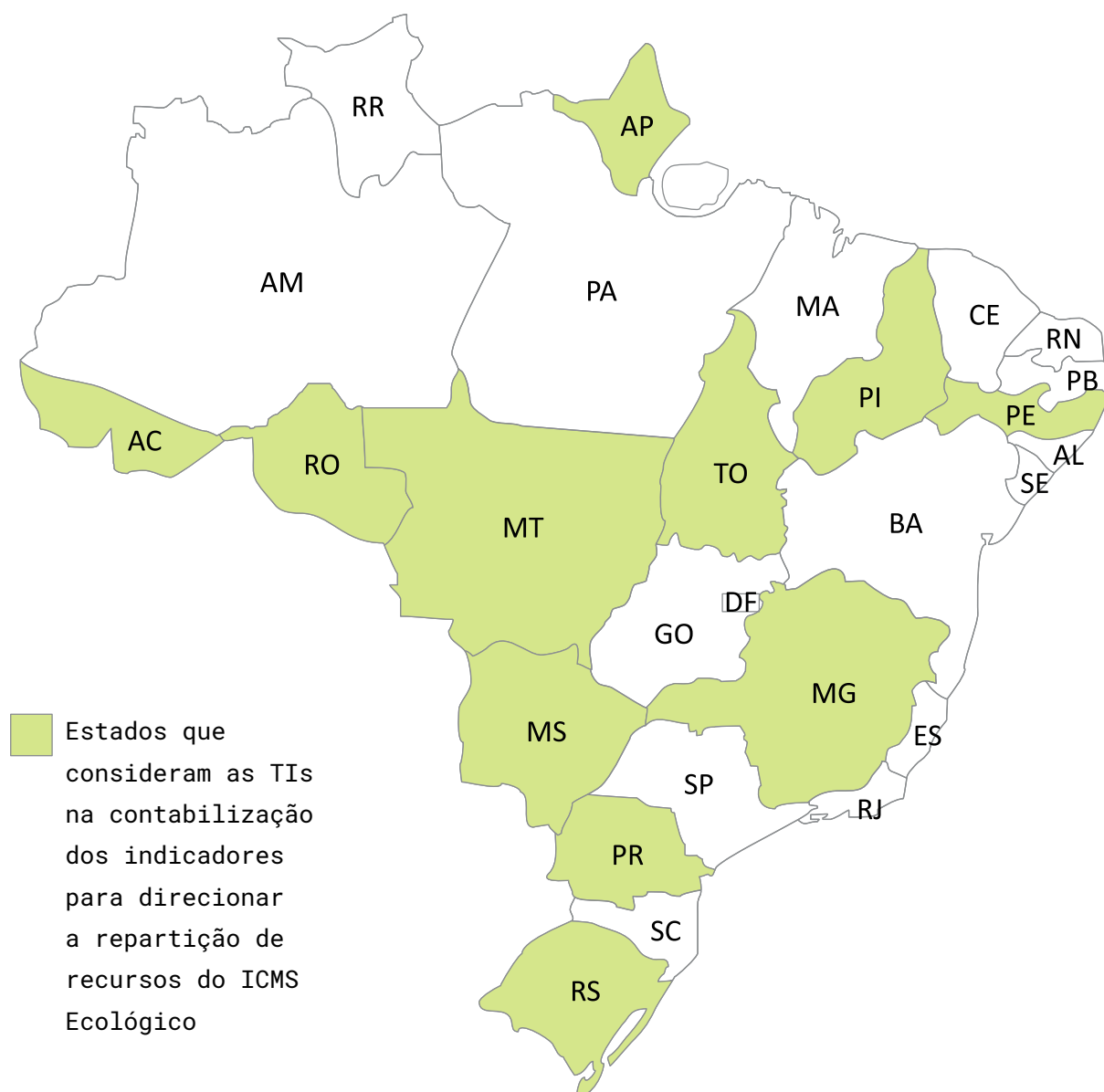
* RESSALVA

Impossibilidade de exclusão dos indígenas da condição de beneficiários dos recursos obtidos via ICMS Ecológico (princípio da igualdade ou não discriminação).

> É EXIGÍVEL A CONSULTA PRÉVIA, livre e informada dos povos indígenas ao desenvolvimento, pelo município, de ações voltadas ao atendimento dos critérios previstos na legislação do ICMS Ecológico?

SIM

Caso a lei estadual do ICMS Ecológico exija a realização, pelo município, de ações voltadas à conservação do meio ambiente, e caso essas ações afetem diretamente as comunidades indígenas, a consulta prévia, livre e informada deve ser realizada previamente à definição e execução das referidas ações, nos termos do art. 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (forma indireta de beneficiar os povos indígenas).



Atualmente 16 estados brasileiros possuem legislação sobre a repartição dos recursos provenientes do ICMS Ecológico em função da existência de áreas protegidas. Destes, 11 estados consideram as Terras Indígenas na contabilização dos indicadores criados para direcionar a repartição de recursos do ICMS Ecológico (CASTRO et al. 2019; LIMA et al. 2020). São eles: Paraná, Minas Gerais, Rondônia, Amapá, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Tocantins, Acre, e Piauí

2.1 CRITÉRIOS AMBIENTAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

► ASPECTOS TEÓRICOS DO ICMS-E EM TERRAS INDÍGENAS

Os estados definiram critérios ambientais bastante variados para a distribuição da cota-parte do ICMS-E, incluindo a existência de unidades de conservação, gestão de recursos hídricos, gestão de resíduos sólidos, políticas ambientais de reflorestamento e de combate ao incêndio, entre outras. Como exemplo, a existência e qualidade dos recursos hídricos são utilizadas por vários estados (Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro, Piauí e Goiás) como critérios para a distribuição do ICMS-E. Outros estados utilizam como critério ambiental a gestão de resíduos sólidos (Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Piauí e Goiás). Entre os critérios sociais destaca-se a educação, saúde e patrimônio cultural (ALTOÉ et al. 2019).

Alguns estados unificaram as terras indígenas e unidades de conservação num único critério, estabelecendo um único percentual e um mesmo sistema de avaliação, ou mesmo considerando no conjunto de categorias de UC. Matsubara (2017), numa análise do ICMS-E no Tocantins, constatou que a unificação dos critérios de UC e TI é problemática, pois as tipologias concorrem diretamente pelo mesmo montante de recursos, ocorrendo, em alguns casos, sobreposição de áreas, em que os entes municipais optaram por conceder a pontuação pela UC em detrimento das TIs.

Cabe ressaltar que os critérios utilizados em âmbito estadual para que Terras Indígenas recebam, por exemplo, menor pontuação em relação a Unidades de Conservação não encontram necessariamente respaldo técnico e científico. Adicionalmente, cumpre observar que critérios de pontuação ambiental dos municípios costumam estar mais baseados em parâmetros quantitativos, como extensão total de áreas protegidas e categorias de uso, do que em variáveis qualitativas e capazes de informar sobre a real situação dessas áreas quanto à cobertura de vegetação nativa, níveis de fragmentação, proteção de corpos hídricos etc. Ademais, a disponibilidade



Foto: Pedro Novaes, 2022. Projeto BRA Funai/Pnud

de dados que possibilitem verificar de que maneira os recursos recebidos pelos municípios são aplicados, em termos de projetos socioambientais e melhorias nos serviços sociais, é escassa e dispersa, apontando para certa desobrigação de nexos causal entre o recebimento de recursos do ICMS Ecológico e a destinação destes valores, ao menos em parte, para ações de proteção ambiental e esquemas de PSA que considerem segmentos populacionais estratégicos para a manutenção de fluxos de serviços ecossistêmicos, como os povos indígenas. Em alguns casos, esta política aparenta restringir-se a mera compensação de administrações municipais pela existência de terras públicas administradas pela União, como as Terras Indígenas, em seus limites territoriais, sem considerar que estas áreas podem estar desempenhando papel fundamental para as economias locais. De forma análoga, não existe clareza sobre mecanismos de controle social para a destinação desses recursos.

O critério de áreas protegidas pode ser abordado sob parâmetros quantitativos e qualitativos, aspectos que podem definir o papel compensador ou incentivador do



ICMS-E no estado. A avaliação quantitativa é composta por um cálculo básico que considera a relação entre a superfície do território municipal e a superfície territorial das áreas protegidas. Em virtude dos níveis de restrição de uma área protegida, a relação percentual é corrigida pelo Fator de Conservação (FC) correspondente às diferentes categorias de manejo da UC e outras áreas protegidas. Todos os estados partem dessa avaliação para o cálculo de índices de recebimento de recursos do ICMS.

No total, oito estados (Pará, Mato Grosso, Pernambuco, Amapá, Acre, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo) utilizam apenas o critério quantitativo para o repasse de recursos aos municípios, em função da existência de áreas protegidas, apresentando um ICMS-E com caráter marcadamente compensatório. Contudo, a avaliação apenas quantitativa das áreas protegidas mostra limitações por permitir pouca exploração do papel incentivador do ICMS-E para a melhoria da qualidade física e/ou biológica e da gestão das áreas protegidas, posto que prescinde da avaliação do status de conservação da área. Destaca-se, assim, o dinamismo da política do ICMS Ecológico, que pode ser aperfeiçoada gradativamente a partir de atualizações nas legislações que regem o instrumento (LIMA et al, 2020).

As variáveis que compõem a avaliação qualitativa abrangem um conjunto de indicadores da qualidade dos processos de gestão, planejamento e qualidade física e biológica das áreas protegidas, infraestrutura e representatividade física da área, dentre outros. Isto propiciou o advento de um forte componente incentivador do instrumento para a ampliação e manutenção da qualidade destas áreas pelos municípios, pois se estabelece uma relação proporcional entre a melhoria da qualidade de uma área protegida e o aumento na arrecadação do ICMS-E.

Sete estados adotam a avaliação qualitativa das áreas protegidas: Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro, Goiás e Piauí. Estes estados incluem os parâmetros adotando metodologias similares: seguindo o modelo paranaense, instituiu-se um Coeficiente de Conservação da Biodiversidade (CCB), que classifica a área conforme variações na sua qualidade, e um Índice de Conservação (IC), que calcula o percentual final destinado ao município, como será visto mais adiante.



3. LEGISLAÇÕES ESTADUAIS REFERENTES AO ICMS ECOLÓGICO NOS ESTADOS



Foto: flickr.com/dusantos_bh (CC BY 2.0)



3.1 PARANÁ

13

1991

1º de outubro de 1991¹ Instituição do ICMS Ecológico no Paraná



Lei Complementar Estadual nº 59

- Assegurou o repasse de recursos do ICMS em função da presença de áreas protegidas nos municípios
- Através desta lei, adotou-se o percentual de 5% (cinco por cento) da fatia do ICMS pertencente aos municípios paranaenses, a ser repartido entre municípios com base em dois critérios ambientais, proteção de bacias hidrográficas e Unidades de Conservação.

1993

08 de janeiro de 1993²



Lei Complementar Estadual nº 67

- Alterou o artigo 2º da Lei Complementar nº 59/1991, incluindo as Terras Indígenas no escopo do ICMS Ecológico

1995

Em 1995, o **Decreto nº 2.791³** regulamentou o ICMS Ecológico, definindo critérios qualitativos de alocação de critérios relativos ao repasse de recursos. A Portaria nº 263/1998 do Instituto Ambiental do Paraná - IAP (atualmente denominado Instituto Água e Terra - IAT⁴) regulamentou a operacionalização do ICMS Ecológico por meio da criação do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas. Através desta portaria, o IAP-PR adicionou critérios como registro fundiário, tamanho, qualidade da área protegida e categoria de manejo como relevantes para os cálculos do repasse (LOUREIRO, 2002).

1 Dispõe sobre a repartição do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental. <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=8383&indice=1&anoSpan=2000&anoSelecionado=1991&isPaginado=true>

2 <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=8461&indice=1&anoSpan=2000&anoSelecionado=1993&isPaginado=true>

3 <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=19751&indice=1&totalRegistros=88&anoSpan=2003&anoSelecionado=1996&mesSelecionado=12&isPaginado=true>

4 A Portaria nº 263, de 18 de dezembro de 1998, cria, organiza e atualiza o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas (CEUC); define conceitos, parâmetros e procedimentos para o cálculo dos Coeficientes de Conservação da Biodiversidade e dos Índices Ambientais dos Municípios por Unidades de Conservação, bem como fixa procedimentos para publicação, democratização de informações, planejamento, gestão, avaliação e capacitação, normatizando o cumprimento das Leis Complementares Estadual nº 059/91 e nº 067/93. Disponível em: <<https://goo.gl/Uwe96m>>

1999

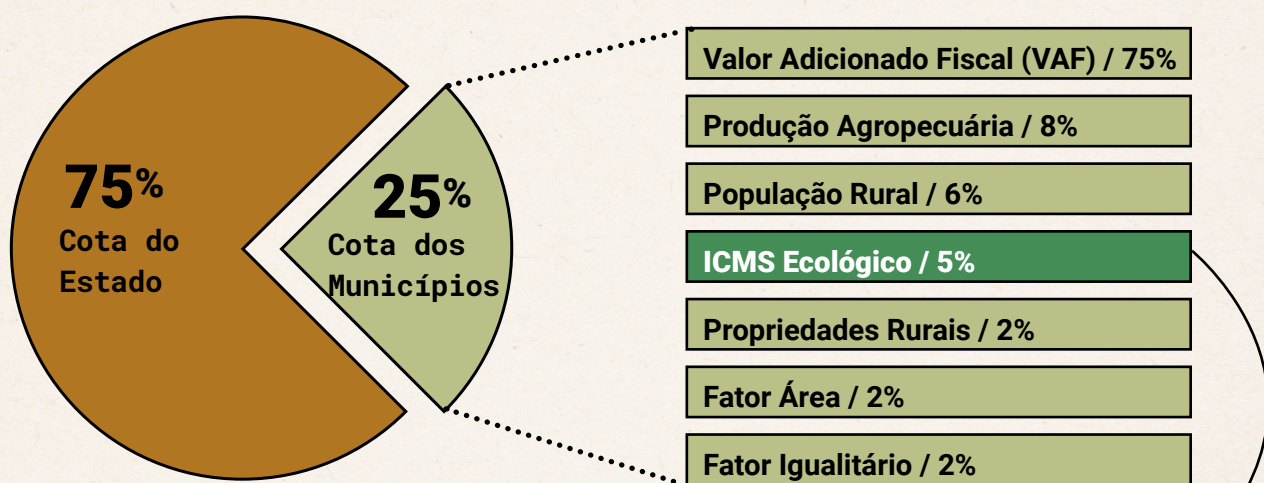
Em 1999, a **Lei Estadual 12.690** determinou que os municípios devem aplicar obrigatoriamente 50% do ICMS-E recebido diretamente nas Terras Indígenas. Ainda, com relação a avaliação qualitativa das Terras Indígenas, o Art. 16 da referida lei determina que:

(...)

§ 5º - As Áreas de Terras Indígenas, poderão, para efeito de avaliação de sua qualidade, ter variáveis específicas, tendo como orientação central a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas e manutenção de seus padrões culturais específicos, entre outras.

2017

A distribuição do ICMS no Paraná está representada na figura abaixo. Dos 25% do ICMS repassado aos municípios paranaenses, 5% corresponde ao ICMS Ecológico, proporcionalmente às áreas protegidas em função do tamanho, importância, grau de investimento na área, manancial de abastecimento, qualidade da água captada e outros fatores. Os critérios para cálculo do índice de repasse dos 5% do ICMS-E é destinada aos municípios da seguinte forma:



2,5%

é repassado para os municípios que tenham em seu território mananciais de abastecimento, cuja água se destina ao abastecimento da população de outro município

2,5%

é repassado para os municípios que tenham integrado em seu território Unidades de Conservação, Áreas de Terras Indígenas e Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), que correspondem ao modo de produção denominado "Sistema Faxinal"⁵

⁵ As Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) são reconhecidas pelo Decreto nº 3446/1997, e inclui áreas de proteção da *Araucária angustifolia*.

PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO DO ICMS ECOLÓGICO NO PARANÁ

► **Índice de repasse** com calculado baseado em:

• CRITÉRIOS QUANTITATIVOS

> **Considera a área protegida em relação à área total do município**, ponderada segundo as categorias de unidades de conservação, incluindo ainda uma ponderação que prioriza as unidades de conservação no âmbito municipal, seguido pelo estadual e depois federal.

• CRITÉRIOS QUALITATIVOS (melhor desempenho aumenta a pontuação)

> **Começa com a classificação da unidade de conservação** por categoria de manejo, seguida por uma análise da qualidade física que diferencia, segundo a Portaria IAP nº 63, a área com qualidade física satisfatória, a qualidade física insatisfatória e a área em recuperação (Anexo 1). A área em recuperação, por exemplo, é definida como uma porção do território da unidade de conservação cujas características são insuficientes para que seja identificada com as categorias de manejo que está enquadrada, mas que está em processo de recuperação, incluindo, ainda, elementos de análise de qualidade físicos, biológicos, de gestão da unidade de conservação, entre outras variáveis consideradas pertinentes (BRITO E MARQUES, 2017).

Os repasses simulados consistem em valores de referência, pois as quantias exatas dependem de fatores como:

1 Qualidade da Área Protegida, mensurada pela nota da *Tábua de Avaliação*: os valores simulados como mínimo, médio e máximo representam as notas 10%, 50% e 90% nas Tábuas.

2 Composição do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Especialmente Protegidas - CEUC, que consiste na base de dados oficial para o ICMS-Ecológico. Quanto maior a quantidade e a qualidade das Áreas Protegidas, menor a disponibilidade

média de recursos para os municípios participantes do projeto.

3 Sobreposições com Áreas Protegidas ou com Mananciais que geram ICMS Ecológico: Caso a área simulada esteja sobreposta com outras Áreas Protegidas ou Mananciais, poderá haver o desconto das porções sobrepostas (apenas das porções sobrepostas, não afetando as partes não sobrepostas), de forma a manter sempre o índice de maior compensação financeira para o município.

• CAPÍTULO II DA PORTARIA Nº 263/1998 •

Trata dos procedimentos para o *cálculo do índice ambiental* por unidades de conservação para o município, composto através de equações matemáticas que envolvem:

- a área da unidade de conservação
- a área total do território municipal
- o fator de conservação ambiental atribuído de acordo com a categoria de manejo da unidade de conservação
- a variação da qualidade da unidade de conservação, dada a partir do escore alcançado através da tábua de avaliação e peso ponderado, conforme fórmulas abaixo (LOUREIRO, 2002).

Cálculo do Coeficiente de Conservação da Biodiversidade

É definido no Anexo II da Portaria n.º 263/98 do IAP como a “razão entre a superfície da Unidade de Conservação contida dentro do território de um determinado município, pela superfície total do respectivo município, mantido uma mesma unidade de medida, corrigido por um Fator de Conservação (FC) definido de acordo com a Categoria de Manejo:



$$CCB_{ij} = (A_{uc}/A_m) * FC$$

i – variando de 1 até o total de nº de municípios beneficiados;

j – variando de 1 ao nº total de Unidades de Conservação ou outra área especialmente protegida, a partir das interfaces entre território municipal e da área protegida, devidamente registradas no cadastro.

Sendo:

CCB_{ij} – Coeficiente de Conservação da Biodiversidade básico;

Auc – área da unidade de conservação no município, de acordo com sua qualidade física (em hectares);

Am – área total do território municipal (em hectares);

Cc – fator de conservação, variável, atribuído às Unidades de Conservação em função das respectivas categorias de manejo.

Este coeficiente é denominado de básico - *CCB_{ij}*, ou quantitativo, posto tratar apenas da criação de condições à mensuração do índice ambiental a partir de variáveis dimensionais e paramétricas. As variáveis que qualificam uma unidade de conservação passam a fazer parte do processo ao agregar um “multiplicador” referenciado no CCB, representado pelo nível de variação positivo ou negativo, maior que zero, alcançado pela área protegida a partir de uma avaliação anual que se denomina aplicação da tábua de avaliação.

Cálculo do Coeficiente de Conservação da Biodiversidade por Interface

É definido no Anexo II da Portaria como: a razão entre a superfície da Unidade de Conservação contida dentro do território de um determinado município, pela superfície total do respectivo município, mantido uma mesma unidade de medida; corrigido por um Fator de Conservação (FC), definido de acordo com a Categoria de Manejo, e passível de sofrer incremento em função do nível de qualidade da UC (ou parte) incidente no território municipal, determinado por escores a partir da aplicação de uma tábua de avaliação e ponderada por um peso equivalente (os parâmetros estão definidos no anexo III da portaria):





$$CCBI_{ij} = [CCB_{ij} + (CCB_{ij} \times \Delta Q_{uc})] P$$

Sendo, portanto:

CCBI_{ij} – Coeficiente de Conservação da Biodiversidade por Interface;

ΔQ_{uc} – variação da qualidade da Unidade de Conservação;

P – peso ponderado⁶ na forma do parágrafo 3º do inciso III, do artigo 15;

Cálculo do Coeficiente de Conservação da Biodiversidade para o município

É definido como a soma de todos os Coeficientes de Conservação da Biodiversidade de Interface, calculados para um determinado município, expresso pela equação:



$$CCBM_i = \text{Somatório } CCBI_{ij}$$

Sendo:

CCBM_j – Coeficiente de Conservação da Biodiversidade para o Município, equivalente à soma de todos os Coeficientes de Conservação de Interface calculados para o município;

Cálculo do Índice Ambiental ou Fator Municipal

É a razão entre o Coeficiente de Conservação da Biodiversidade calculado para determinado município (CCBM_i), pelo somatório dos Coeficientes de Conservação da Biodiversidade calculado para todos os municípios do Estado, percentualizado e corrigido em 0,5%, por corresponder a cinquenta por cento dos recursos totais a serem repassados aos municípios, na medida em que os outros cinquenta por cento correspondem ao cálculo dos índices ambientais realizados em função dos mananciais de abastecimento.

⁶ Portaria n.º 263, art. 15, parágrafo 3: “As unidades de conservação poderão ter tratamento diferenciado em relação a seu peso ponderado, de acordo com as categorias de manejo e com a seguinte ordem de prioridade: a) unidades de conservação de âmbito municipal; b) unidades de conservação de âmbito estadual; c) unidades de conservação de âmbito federal.”



$$FM2i = 0,5 * (CCBMi / \text{Somatória CCBMi}) * 100$$

Sendo:

CFM2i – percentual calculado, a ser destinado ao município, referente às unidades de conservação, Fator Municipal 2.

O Paraná utiliza indicadores mais detalhados, como tipo de vegetação e qualidade do entorno da área para a composição do Coeficiente de Conservação da Biodiversidade (CCB). É estabelecido um Fator de Conservação (FC) para as áreas de entorno de uma área protegida, incluindo matas ciliares, APPs e RLs, espaços vegetados e sítios especiais. Consideradas como corredores de biodiversidade, estas áreas recebem um tratamento similar ao das áreas protegidas, e cada tipo de entorno possui um FC e uma qualificação específica, definidas na Portaria nº 263/98 do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) (LOUREIRO, 2002; Anexo 1).

Questionário de avaliação qualitativa das Terras Indígenas (Tábuas de Avaliação)

A tabela de avaliação do Paraná consiste num questionário com 102 questões (indicadores) divididos em quatro tópicos: I. Planejamento e Gestão, II. Meio Natural e Socioeconômico, III. Ameaças e Agressões, e IV. Recursos Organizacionais (saúde, educação, alimentação, etc). A avaliação qualitativa das Terras Indígenas é realizada pelos 21 escritórios regionais do Instituto Água e Terra (IAT).



INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas
ICMS Ecológico por Biodiversidade
Ano da Avaliação: 2019

TÁBUA DE AVALIAÇÃO DE
ÁREA DE TERRA INDÍGENAS – ATI
(Modelo 6)

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Terra Indígena:			
Nome do município de interface:			
Área total do município de interface (ha)			
Área total da Terra Indígena (ha)			
Área com qualidade física satisfatória (ha)			
Área com qualidade física insatisfatória (ha)			
Número de habitantes (na área total)			
Densidade populacional			

Município	n.º de habitantes	Área de Interface (ha)	Densidade populacional

2. AVALIAÇÃO

I	PLANEJAMENTO E GESTÃO	a	b	c	d	e
1	Há algum tipo de planejamento/zonação da ATI, que vise á adequada gestão?					
2	Qual o nível de implementação do planejamento/zonação?					
6	Qual o nível de organização da comunidade indígena?					
II	MEIO NATURAL E SOCIOECONOMICO	a	b	c	d	e
20	Presença de espécies raras, ameaçadas ou sob ameaça					
23	Secretaria ou Departamento de Meio Ambiente no Município					
25	Há compromissos com investimentos na área ambiental pelo Município (através de Termos de compromisso, convênios, etc.)					
26	Qual a contribuição dos recursos do ICMS Ecológico para a qualidade ambiental da ATI?					
27	Avalie a proteção e manutenção das espécies de flora ou da flora nativas?					
28	Avalie a conservação dos solos e recursos hídricos na ATI?					

31	Relação de imóveis rurais e imóveis com Sisleg e/ou CAR						
III	RECURSOS ORGANIZACIONAIS	a	b	c	d	e	
c.	RECURSOS ORGANIZACIONAIS - PESSOAL						
68	Avalie a questão da assistência à saúde da comunidade indígena da ATI?						
69	Em relação aos equipamentos de saúde.						
70	Em relação aos profissionais de saúde.						
71	Avalie a questão da mortalidade infantil na ATI?						
72	Em relação à disponibilidade de água potável.						
73	Em relação ao saneamento básico e destinação dos resíduos sólidos.						
74	Em relação às habitações.						
75	Em relação à alimentação.						
76	Em relação à educação.						
77	Qual o grau de alfabetização da comunidade indígena, considerando as pessoas com idade igual ou acima de 8 (oito) anos de idade						
78	Nas escolas, é trabalhado o resgate e a conservação da cultura indígena ?						
79	Nas escolas, além da língua portuguesa, é ensinado a língua original da nação indígena ?						
80	Existem quadras polivalentes para prática esportiva, em quantidade e qualidade suficientes para a comunidade indígena?						
81	Existe Centro de cultura a disposição da comunidade indígena?						
82	Em relação ao transporte.						
83	Em relação às estradas.						
84	Em relação aos meios de comunicação.						
85	Em relação aos aspectos produtivos e fonte de renda.						
86	O número e a qualidade dos equipamentos utilizados para produção na ATI, são satisfatórios?						
87	As comunidades recebem assistência técnica adequada e de forma permanente, que propicie a condução de um adequado processo produtivo?						
88	Quando do processo de produção, o nível de informação, clareza e/ou consciência ambiental demonstrada pela comunidade indígena é?						
V	AMEAÇAS E AGRESSÕES	a	b	c	d	e	
97	Multas ambientais lavradas no ano anterior no Município						
98	Pressão de terceiros para com a ATI						
99	Pressão do Município para com a ATI						
100	Equipamentos, capacitação e Plano de Controle e Combate a incêndios						
101	Controle e erradicação de exóticas (fauna e flora)						
102	A comunidade indígena isolada ou em conjunto com pessoas externas a ela, realizam práticas danosas ao meio ambiente?						

A FUNAI e o órgão ambiental estadual (IAT) estão revisando a atual *tábua de avaliação* com objetivo de estabelecer critérios vinculados à política indigenista, tais como etnodesenvolvimento, etnomapeamento e outros temas que dialoguem com a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). Cabe ressaltar que a avaliação qualitativa feita anualmente pelo IAT é a única forma efetiva de fazer com que os municípios destinem recursos para as terras indígenas (SIMIONI, 2009).

PROCEDIMENTOS PARA O ACESSO AO ICMS-E PELOS MUNICÍPIOS

1

ATÉ 30 DE ABRIL
DE CADA ANO**CADASTRAR ALGUMA ÁREA COMO UCS**

protocolando a documentação junto ao IAP, para receberem os recursos no ano fiscal subsequente ao do cadastro

2

JUNHO

**Publicação do
índice provisório**

3

AGOSTO

Publicação do IPM Definitivo

Os municípios têm a oportunidade de formalizar questionamentos.

4

ATÉ 30 DE AGOSTO
DE CADA ANO**Publicação da resolução**

referente ao índice ambiental

COMO ESTÃO ESTRUTURADOS OS RELATÓRIOS ESTADUAIS DE REPASSE DO ICMS-E NO PARANÁ

O Instituto Água e Terra (IAT) divulga em seu sítio eletrônico, de forma transparente, os dados calculados sobre os Fatores Ambientais e valores repassados aos municípios pelo critério Biodiversidade, bem como a contribuição efetiva das Terras Indígenas para tais repasses, o que facilita o processo de transparência e o controle social desta política pelos povos indígenas⁷.

⁷ A Portaria nº 263/1998 do IAP dedica um capítulo ao processo de democratização de informações do ICMS Ecológico.

As planilhas com valores de ICMS-E repassados referente ao critério **Biodiversidade** estão disponíveis no Sítio eletrônico do Instituto Água e Terra (IAT) (<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/ICMS-Ecologico-por-Biodiversidade>) e incluem:

- a) Repasses mensais efetuados por Município (2015-2022) e Unidade de Conservação (2015-2022)
- b) Fatores Ambientais Definitivos (2021-2022)
- c) Memória de Cálculo (2021-2022).
- d) **Anos anteriores (1997 a 2014):** Memória de Cálculo e Extrato Financeiro do ICMS Ecológico por Biodiversidade, individualizado por município e por unidade de conservação ou área protegida (arquivo compactado - 16.1 MB).

O portal do IAT tem ainda uma página virtual de consulta interativa às informações referentes ao ICMS Ecológico por município e pelos critérios **Biodiversidade** ou **Mananciais**⁸ (dados disponíveis a partir de 2019): <https://geopr.iat.pr.gov.br/portal/apps/opstdashboard/index.html#/bbc07ba5704d4635b65c2b1fc10c8c92>



Foto: Pedro Novaes, 2021. Projeto BRA Funai/Pnud

⁸ <https://geopr.iat.pr.gov.br/portal/apps/opstdashboard/index.html#/bbc07ba5704d4635b65c2b1fc10c8c92>



3.2 MATO GROSSO

2000

Instituição do ICMS Ecológico no Mato Grosso



Lei Complementar nº 73/2000

- Regulamentada através do Decreto nº 2.758/2001
- Incluiu dois critérios ambientais de cálculo para composição dos Índices de Participação dos Municípios no ICMS:
 - a) Unidades de Conservação/Territórios Indígenas (UC/TI), pelo qual seria distribuído 5% do ICMS pertencente aos municípios, a partir do primeiro ano de vigência (2002);
 - b) Critério Saneamento Ambiental, pelo qual seriam distribuídos 2% do ICMS pertencentes aos municípios, a partir do terceiro exercício de sua vigência.

2001

O Decreto nº 2.758/2001 (que regulamentou o artigo 8º da Lei Complementar nº 73/2000), instituiu o *Programa Estadual do ICMS Ecológico* e o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), organizado, mantido e atualizado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEMA). Para o cadastramento no CEUC é exigida a comprovação do efetivo planejamento, implementação e manutenção da área protegida, regularização fundiária e efetiva apropriação social (§2, art. 3º)⁹. Ainda, este Decreto informa quais procedimentos de ordem quantitativa e qualitativa constituem-se como fundamentos do processo de cálculo do ICMS Ecológico, devendo o incremento qualitativo ser adicionado ao Fator de Conservação da Unidade de Conservação - FCU (§ 1º, Art. 5º).

⁹ Entende-se por *apropriação social* o nível de legitimidade social alcançada pelas Unidades de Conservação diante de seus demandadores, o que pode ser caracterizado, dentre outras, por ações compatíveis com seus objetivos, e respectivas Categorias de Manejo, tais como democratização de informações; educação ambiental; ecoturismo e similares; regulamentação; produção de baixo impacto; pesquisas e estudos (§3, art. 3º, IN Nº 001, de 05 de maio de 2010).

2004



Lei Complementar nº 157, 20 de janeiro de 2004¹⁰

- Modificação dos critérios de cálculo para composição dos Índices de Participação dos Municípios (IPM) no ICMS
- Extinção do critério saneamento ambiental
- Criação de critério social (coeficiente social, com 11% da cota parte do ICMS)
- Foram mantidos os 5% para as UC e Terras Indígenas, tendo em vista sua área total e o categoria de manejo
- Em seu art. 2º parágrafo único, foi definido que o ICMS repassado aos municípios passou a ser produto de seis critérios que integram a fórmula do IPM (75%) (Tabela 1).

Portanto o sexto critério que integra o IPM é o que chamamos de ICMS Ecológico, e sua participação no cálculo total do repasse aos municípios é de 5%. Tal percentual é composto pelo “Índice de Unidades de Conservação/Terra Indígena” (denominado índice UC/TI). De acordo com a SEFAZ-MT, os índices que compõem o critério 6 do IPM são quantitativos e pautados na área ocupada em hectares pelas Unidades de Conservação e Terras Indígenas proporcionalmente à área total do município. O critério quantitativo considera que, quanto maior é a área de proteção, maior é a restrição do município em gerar recursos provenientes do critério I que dispõe sobre o Valor Adicionado (VA) de ICMS gerado pelo município.

Critérios de distribuição do ICMS no Estado do Mato Grosso entre 2000 e 2004

Critérios	LC nº 73/2000 (%)	LC nº 157/2004 (%)
Valor Adicionado	75	75
Receita tributária própria	6	4
População	2	4
Área do Município	1	1
Cota Igual	9	-
Saneamento Ambiental	2	-
Coeficiente Social	-	11
UC/TI	5	5
Total	100	100

10 <http://app1.sefaz.mt.gov.br/0425762E005567C5/250A3B130089C1CC042572ED0051D0A1/7DEDB9DE180B3E9A04256E220072D052>

Cálculo do critério Unidade de Conservação/Terra Indígena

Apresentado pelo art. 8º, no anexo I da Lei complementar nº 73/2001.



$$IUC = FCM \times X \times FCE$$

Onde:

IUC – Índice das Unidades de Conservação/Terra Indígena do Município i

FCM_i – Fator de conservação do município i

FCE = $\sum FCM_i$ é o somatório dos Fatores de Conservação de todos os municípios dos Estados

x – Percentual definido para o critério Unidade de Conservação/Terra Indígena.

ANEXO II DA LC Nº 73/2000

- Determina os Fatores de Correção (FC) para diferentes categorias de manejo de Unidade de Conservação e outras áreas protegidas (Tabela 12).

- O critério UC/TI é calculado através da relação percentual entre o índice de Unidades de Conservação dos Municípios (chamado de Fator de Conservação dos municípios) e a soma dos índices de Unidades de Conservação de todos os municípios do estado (denominado Fator de Conservação do estado)

- Determina os Fatores de Correção (FC) para diferentes categorias de manejo de Unidade de Conservação e outras áreas protegidas

- No caso das TIs, o Decreto 2.758/2001 determinou que o Fator de Correção varia de acordo com o seu nível de consolidação fundiária (Tabela 2).

Tabela 2

Categorias de Áreas Protegidas e fatores de correção para o cálculo do ICMS Ecológico das UCs e Terras Indígenas em Mato Grosso

Categorias de manejo das áreas protegidas - UCs	Fator de Correção	Terras Indígenas	Fator de Correção
Reserva Biológica	1,00	Registradas	0,70
Estação Ecológica	1,00	Homologadas	0,65
Monumento Natural	0,80	Reservadas/ dominiais	0,60
Refúgio de Vida Silvestre	0,70	Demarcadas	0,55
Parque	0,50	Em demarcação	0,45
Floresta	0,50	Declaradas	0,40
Reserva Extrativista	0,50	Identificadas	0,30
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	0,50	Em identificação	0,00
Área de Proteção Especial	0,50	A identificar	0,00
Território Quilombola	0,40		
Reserva de Fauna	0,30		
Área de Relevante Interesse Ecológico	0,20		
Áreas de Proteção Ambiental	0,20		

• INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2010¹¹ •

- > Editada pela SEMA em 05 de maio de 2010 e regulamenta:
 - os procedimentos administrativos para a organização do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Terras Indígenas
 - a operacionalização dos cálculos e gestão do Programa do ICMS Ecológico, da publicação e democratização das informações

- > Instituiu os critérios qualitativos para a distribuição do ICMS Ecológico definindo pontuações mínimas e máximas para cada FC da área protegida a partir da situação fundiária, característica do entorno, zoneamento, plano de manejo, apropriação social da área, entre outros.
 - Estes critérios são relevantes, pois a Lei Complementar Nº 73/2000, em seu artigo 8º, estabelece que o órgão ambiental estadual poderá impor uma redução do Fator de Conservação (FC) de uma determinada UC em caso de dano ambiental.

- > Prevê em seu artigo nº 10, a IN 001/2010 que o cálculo do Fator de Conservação da Unidade de Conservação e outras áreas protegidas será precedido por investigação acerca da qualidade física satisfatória ou insatisfatória da área protegida, além da consideração da área em recuperação, com plano de recuperação aprovado pela SEMA.
 - Essa última depende de uma minuciosa verificação remota e de campo das pressões humanas existentes nestas UC/TIs (ex. desmatamento, degradação florestal, atividades econômicas, invasões, etc.), comparando tais resultados com os objetivos e categorias destas áreas. No entanto, a SEMA encontra dificuldades para realizar o monitoramento dos critérios ambientais em campo.

¹¹ <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/bra178807.pdf>

• INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2010 •

- > O artigo 11 da IN orienta o monitoramento da participação de municípios em processos de planejamento, implantação e manutenção das UC/TIs¹². Sobre esses dois aspectos, a SEMA empreendeu algumas tentativas de realizar o monitoramento in loco, através dos polos de Delegacias Estaduais do Meio Ambiente (DEMA) e pelos núcleos descentralizados da SEMA, porém sem sucesso (PNUD, 2019).
- > O art. 28 autoriza que os Territórios Quilombolas reconhecidos no Estado sejam considerados no cálculo do ICMS Ecológico, de forma equivalente às Terras Indígenas, sendo determinado o valor do FC de 0,5. Entretanto, na prática, nenhum território quilombola tem sido contemplado com os recursos do ICMS-E.
- > Outra alteração foi a exigência de planos de aplicação dos recursos oriundos do ICMS-E pelos municípios

O Decreto nº 76, de 03 de abril de 2019¹³ revogou o parágrafo único do art. 2º e o art. 7º do do Decreto nº 2.758/2001. Cabe ressaltar que, embora previsto no art 5º. do Decreto 2.758/2001, a inclusão de critérios ambientais qualitativos na avaliação do FC das áreas protegidas (*tábuas de avaliação*) ainda não foi implementado até os dias atuais, portanto a avaliação ambiental da SEMA-MT tem sido pautada apenas no *critério quantitativo* (tamanho da área protegida em relação ao município). Na ausência de critérios qualitativos, a exigência dos planos de aplicação dos recursos oriundos do ICMS-E pelos municípios, previsto no Decreto nº 73/ 2019, não tem efetividade e nem vinculação para fins de controle/monitoramento pelo Estado.

12 § 1º As Prefeituras Municipais estimularão, no entorno das Unidades de Conservação, atividades relativas a produção que não utilizem agrotóxicos e se proponham a produção agroecológica, ecoturismo, e ações outras compatíveis com a conservação da biodiversidade.

13 <http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/9049100424ca0736842583d200436368?OpenDocument>



Foto: Tiago Zenero/PNUD Brasil (CC BY 2.0)

Em 2013 foi instituída a *Câmara Técnica do ICMS Ecológico* (Portaria nº 563 de 02 de dezembro de 2013) com objetivo de definir as diretrizes do Programa do ICMS Ecológico no estado, a qual é composta por membros das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e Fazenda do Mato Grosso, representantes da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM), FUNAI, Tribunal de Contas do Estado e de organizações não governamentais. Entre 2013 e 2014 foram realizadas quatro reuniões desta câmara técnica para discussão de proposta para o aprimoramento do critério existente (quantitativo) do ICMS Ecológico, revisando os indicadores de qualidade de UC/TIs¹⁴. Entretanto, a câmara está desmobilizada e não se reúne desde 2019. Dessa forma, uma recomendação para avançar na implementação desta política pública no estado seria a reativação desta câmara técnica.

14 Proc. SEI_08620.009613_2017_73_Cuiaba

PROCEDIMENTOS PARA O ACESSO AO ICMS-E NO MATO GROSSO

1

ATÉ FINAL DE ABRIL DE CADA ANO

Inscrição no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), pelos municípios com Unidades de Conservação e Terras Indígenas em seus territórios.



Protocolar expediente oficial junto à Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUCO) da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA)¹⁵.

> No Mato Grosso, a SEMA é responsável pela política de ICMS-E, a qual está subordinada à Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade (SUBio) (Decreto nº 1.776/2020).

2

ATÉ 15 DE MARÇO DE CADA ANO

Coordenadoria realiza as análises em SIG para verificar as inserções, possíveis mudanças de categoria e desafetações, das Áreas Protegidas inseridas no CEUC.



Coordenadoria realiza os cálculos dos índices correspondentes a cada área municipal e disponibiliza ao público a versão preliminar (junto com a memória de cálculo) do índice UC/TI

3

ATÉ 31 DE MAIO DE CADA ANO

Coordenadoria envia os índices provisórios de UC/TI para a SEFAZ.

4

ATÉ 30 DE JUNHO DE CADA ANO

Publicação da versão do IPM provisório por meio de Portaria no Diário Oficial ficando sob consulta por até 60 dias.

> As prefeituras podem questionar formalmente os índices provisórios junto à SEFAZ e, se houver contestações envolvendo o critério UC/TI, a SEMA deve remeter à SEFAZ os pareceres e as notas técnicas que acolhem ou indeferem os pedidos impugnatórios.

5

ATÉ 30 DE AGOSTO DE CADA ANO

Publicação do IPM Definitivo

Esses índices serão aplicados a partir de 01 de janeiro do ano seguinte.

¹⁵ A documentação necessária está listada nos artigos 4 e 5 da Instrução Normativa SEMA nº 001/2010.

COMO ESTÃO DISPONIBILIZADOS OS RELATÓRIOS DE REPASSE DO ICMS ECOLÓGICO NO MATO GROSSO

► O ICMS Ecológico é calculado a partir do **Índice de Participação do Município** (IPM)¹⁶ (<http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/6461808-indices-publicados>) e do **Fundo de Participação do Município**¹⁷ (<http://www5.sefaz.mt.gov.br/fundo-de-participacao-dos-municipios>). As estimativas de ICMS-E consideram a temporalidade da arrecadação municipal coletada para cada ano de referência, e da publicação dos índices de UC/TI e final, publicada no ano anterior ao ano de referência.

► **Informações relevantes ausentes:**

Os valores referentes ao critério UC/TI repassados aos municípios não são publicados, portanto não é possível determinar a contribuição das TIs para arrecadação de ICMS-E municipal. Cabe observar que a publicização das informações referentes ao ICMS-E está prevista na Instrução Normativa nº 001, de 05 de maio de 2010 da SEMA-MT, o *Capítulo III: publicação e democratização das informações* (artigos 13 a 18). A falta de transparência dos valores referente ao critério UC/TI dificulta o controle social por parte dos povos indígenas.

16 Os relatórios constantes dos Anexos I - ACYPR535 - Relação dos Índices Apurados; II - ACYPR540 - Relação das Variações dos Índices; III - ACYPR556 - Relatório de Valores Utilizados para Cálculo do Índice; e IV - ACYPR600 - Relatório de Valores Adicionados dos Municípios detalham os valores utilizados para cálculo definitivo do IPM.

17 Planilhas de repasse mensal por município.

3.3 MATO GROSSO DO SUL

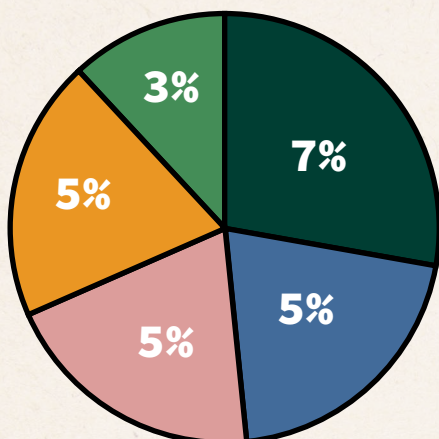
1991

Instituição do ICMS Ecológico no Mato Grosso do Sul



Lei Complementar n°. 57 de 4 de janeiro de 1991¹⁸

- Estabelece os critérios de repasse da receita de 25% do ICMS pertencente aos municípios



- Divididos igualmente
- Área do município
- Número de eleitores
- Critério Ambiental
- % da receita própria de cada município

2012

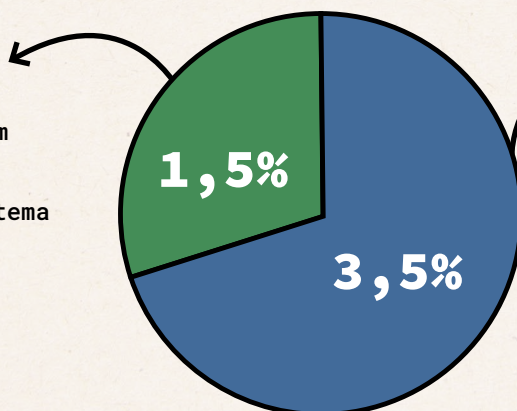


Lei Estadual nº 4.219

- Regulamentação do ICMS Ecológico, correspondendo a 5% do valor total arrecadado com o imposto e dividido entre os municípios a partir de critérios ambientais pré-estabelecidos.

Do percentual destinado ao ICMS-E, a Lei Estadual atribui que:

serão destinados ao rateio entre os municípios que possuam plano de gestão de resíduos sólidos, sistema de coleta seletiva e disposição final de resíduos sólidos (componente resíduos sólidos urbanos)



serão destinados ao rateio entre os municípios que tenham em parte de seu território unidades de conservação inscritas no CEUC, e terras indígenas homologadas (componente Unidades de Conservação e Terras Indígenas)

- Unidades de Conservação e Terras Indígenas
- Resíduos sólidos

¹⁸ http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/LEI-COMPLEMENTAR-Nº-57-DE-04_01_1991.pdf

2015

• PROGRAMA ESTADUAL DO ICMS ECOLÓGICO •

Instituído a partir do Decreto Estadual nº 14.366, de 29 de dezembro de 2015 (posteriormente alterado pelo Decreto Estadual nº 15.178/2019);

> OBJETIVOS:

- aumentar a superfície de áreas protegidas e a qualidade de sua conservação;
- promover melhorias na gestão dos resíduos sólidos e na justiça fiscal por meio de definição de critérios e procedimentos de caráter qualitativo e quantitativo. Deste modo, cada município pode participar do rateio desta alíquota por meio dos componentes "Unidades de Conservação e Terras Indígenas" e "Resíduos Sólidos Urbanos".

> COORDENAÇÃO:

Unidade de Cadastro e ICMS Ecológico, da Gerência de Unidades de Conservação, em cooperação com a Gerência de Desenvolvimento e Modernização do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).

Anualmente, a SEMAGRO publica uma resolução no Diário Oficial da União, na qual são fixados os Índices Ambientais definitivos alcançados por cada município para os componentes "Unidades de Conservação e Terras Indígenas" e "Resíduos Sólidos", a fim de compor os respectivos coeficientes ambientais e proporcionar o consequente crédito aos municípios para o exercício subsequente.



CÁLCULO DOS ÍNDICES AMBIENTAIS NO MATO GROSSO DO SUL

A Resolução SEMADE nº 27/2016¹⁹ estabelece os critérios, fórmulas de cálculo e os procedimentos de participação para o componente UCs e TIs. O Art.7º determina que o método de definição do percentual devido a cada município para o componente UC/TI através das seguintes fórmulas:

Cálculo do Coeficiente de Conservação da Biodiversidade básico

Apresentado pelo art. 8º, no anexo I da Lei complementar nº 73/2001.



$$CCBi_j = Auc / Am \times FC$$

i – variando de 1 até o total de numero de municípios beneficiados;

j – variando de 1 ao no total de unidades de conservação, a partir de suas interfaces, devidamente registradas no Cadastro.

Sendo:

CCBi_j – Coeficiente de Conservação da Biodiversidade básico;

Auc – porção da área da unidade de conservação ou terras indígenas, contida no Município, distribuída de acordo com sua qualidade física e procedimentos subsequentes;

Am – área total do território municipal fornecido por órgão oficial;

FC – fator de conservação, parâmetro variável, atribuído às unidades de conservação e terras

¹⁹ Disponível em: http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Resolução-SEMADE-nº-27-de-22_02_2016-ICMS-Eco_UCs-e-TIs.pdf. Acesso em: 03/2022.

Cálculo do Coeficiente de Conservação da Biodiversidade por Interface

$$\begin{array}{|c|c|} \hline - & + \\ \hline \times & = \\ \hline \end{array} \text{CCBI}_{ij} = [[\text{CCBI}_{ij} + (\text{CCBI}_{ij} \times \Delta\text{DQuc})]] P$$

Onde:

CCBI_{ij} - Coeficiente de Conservação da Biodiversidade por Interface;

ΔDQuc - variação da qualidade da Unidade de Conservação ou terra indígena;

P: peso ponderado;

Cálculo do Coeficiente de Conservação da Biodiversidade para o Município

$$\begin{array}{|c|c|} \hline - & + \\ \hline \times & = \\ \hline \end{array} \text{CCBM}_i = \sum \text{CCBI}_{ij}$$

Onde:

CCBM_i - Coeficiente de Conservação da Biodiversidade para o Município, equivalente à soma de todos os Coeficientes de Conservação de Interface calculados para um determinado Município, pelo componente UC/TI;

Cálculo do Índice ambiental do componente UC/TI

$$\begin{array}{|c|c|} \hline - & + \\ \hline \times & = \\ \hline \end{array} \text{Ia}_i = \text{CCBM}_i / \sum \text{CCBM}_i \times 100$$

Onde:

Ia_i - índice percentual calculado, a ser destinado ao Município, denominado índice ambiental do componente UC/TI (que se somará ao índice do componente resíduos sólidos).

O art. 8º desta mesma resolução estabelece os Fatores de Conservação básico (FCb) das categorias de manejo de Unidades de Conservação e outras áreas especialmente protegidas, conforme tabela 12.

Tabela 12

Categorias de Áreas Protegidas e fatores de correção para o cálculo do ICMS Ecológico das UCs e Terras Indígenas em Mato Grosso

Áreas protegidas - Categoria de manejo	Fator de Conservação básico - FCB
Estação Ecológica	1
Reserva Biológica	1
Monumentos Naturais	0,9
Parques	0,9
Refúgios de Vida Silvestre	0,9
Reserva Particular do Patrimônio Natural	0,7
Florestas (Nacional, Estadual e Municipal)	0,6
Reservas de Fauna	0,6
Terras Indígenas Homologadas	0,45
Reserva Extrativista	0,4
Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIEs	0,08
Áreas de Proteção Ambiental - APA	0,05
Reservas de Desenvolvimento Sustentável	0,05

TÁBUAS DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA

► CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Modelo adotado pelo IMASUL considera prioritariamente as ações desenvolvidas pelos municípios em benefício de TIs existentes em seus territórios.

- De acordo com o Guia ICMS Ecológico do Imasul-MS (2018, p. 17)²⁰:
 - cada município será convidado a participar da avaliação junto com técnicos do IMASUL, agentes da FUNAI e representantes das prefeituras.
 - O responsável pelo preenchimento dos dados da Prefeitura Municipal tem fé pública e pode ser responsabilizado pelo envio de informações falsas.
 - O órgão ambiental do estado é responsável por validar os dados da Tábua de Avaliação encaminhada e preencher a pontuação da questão referente às ações de educação ambiental, encaminhadas pelo município via SisEA/MS, gerando uma tábua definitiva. Ela será encaminhada pelo IMASUL ao responsável, por e-mail, logo após a publicação dos índices provisórios, para possível recurso e arquivamento no órgão gestor.
- As tábuas de Avaliação das Terras Indígenas²¹ serão preenchidas em reuniões pré-agendadas nas Coordenadorias da FUNAI à qual as terras indígenas pertencem. As reuniões serão definidas entre os técnicos da Gerência de Unidades de Conservação (GUC) do IMASUL e da Funai.
- O preenchimento das “Tábuas de Avaliação das Terras Indígenas” ocorre em reuniões técnicas do IMASUL com as Coordenações Regionais da FUNAI (CRs) de Ponta Porã, Campo Grande e Dourados, cujas jurisdições administrativas abarcam todas as TIs do estado, e o formulário específico é disponibilizado em sítio eletrônico.
- Os questionários de avaliação são preenchidos pelas prefeituras/FUNAI e encaminhados com a documentação comprobatória até 31 de março. A tábua de avaliação é validada pelo órgão ambiental (IMASUL),

20 Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul / Imasul. Diretoria de Desenvolvimento. **Guia Orientativo ICMS Ecológico 2018**. Campo Grande, MS: 2018. 52p. Disponível em: http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Guia-Orientativo_ICMS-Ecológico_Versão-Digital.pdf. Acesso em: 03/2022.

21 Disponível em: http://www.imasul.ms.gov.br/?page_id=5180&preview=true. Acesso em: 03/2022.



Foto: Pedro Novaes, 2022. Projeto BRA Funai/Pnud

que gera o índice UC/TI (aplicado no ano seguinte), publicado no Diário Oficial da União (Resolução SEMAGRO), ou seja, a alíquota do ICMS Ecológico é calculada anualmente com base na arrecadação do ano anterior. A Secretaria da Fazenda (SEFAZ-MS) elabora as planilhas de repasse e o IMASUL encaminha um ofício aos municípios.

- A tábua de avaliação qualitativa é dividida em três grupos:
 1. Qualidade de Vida;
 2. Qualidade e Melhoria do Ambiente;
 3. Participação Social e Gestão Pública.

O IMASUL tem buscado aprimorar este mecanismo de avaliação, incentivando que conselhos municipais de meio ambiente, bem como fundos municipais de meio ambiente, tenham participação dos povos indígenas na gestão desses recursos dentro do município.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E
AGRICULTURA FAMILIAR - SEMAGRO
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL -
IMASUL
GERÊNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - GUC



AValiação Qualitativa de Terra Indígena

Ano da Avaliação:	2022	Exercício Fiscal:	2023
-------------------	------	-------------------	------

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da TI:

Ato e data de criação da TI:

2. LOCALIZAÇÃO DA TI

Nome do município de interface:

Área total do município de interface:

3. QUALIFICAÇÃO FÍSICA DA TI

Área total da UC/TI (ha):

Área com qualidade física satisfatória (ha):

Área com qualidade física insatisfatória (ha):

Área em processo de recuperação (ha)*:

*Apresentar projeto

4. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO DECLARANTE (MUNICÍPIO)

Nome completo do avaliador:

Nº do Registro Profissional (opcional)/função (matrícula):

Declaro para os devidos fins que as informações aqui contidas são expressão da verdade. Todos os documentos contidos na presente foram conferidos, podendo o IMASUL solicitar complementação de documentos comprobatórios. Por ser verdade, firmamos o presente e rubricamos todas as páginas.

Local e data da avaliação:

Assinatura do avaliador:

5. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO DECLARANTE (FUNAI)

Nome completo do avaliador:

Nº do Registro Profissional (opcional)/função:

Declaro para os devidos fins que as informações aqui contidas são expressão da verdade. Todos os documentos contidos na presente foram conferidos, podendo o IMASUL solicitar complementação de documentos comprobatórios. Por ser verdade, firmamos o presente e rubricamos todas as páginas.

Local e data da avaliação:

Assinatura do avaliador:

6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO AVALIADOR (IMASUL)

Nome completo do profissional avaliador:

Nº do Registro Profissional e/ou Matrícula:

Local e data da avaliação:

Assinatura do profissional avaliador:

1. QUALIDADE DE VIDA

(a ser preenchido na reunião de avaliação)

1.1 Quanto aos resíduos sólidos gerados na TI (poderá ser checado pelo IMASUL no Plano municipal de coleta seletiva) 3

- (a) o município coleta de toda TI e dá a destinação final adequada **100%**
- (b) o município coleta apenas do posto de saúde e escola, com destinação final adequada **75%**
- (c) o município coleta de toda TI, porém a destinação não é adequada **50%**
- (d) o município coleta apenas do posto de saúde e escola, porém com destinação inadequada **25%**
- (e) os resíduos permanecem na TI **0%**

1.2 Os indígenas recebem orientação e educação ambiental quanto a conservação ambiental (gestão de resíduos sólidos, práticas adequadas de manejo e uso do solo, proteção das nascentes, o uso da água, do fogo e para geração de renda na TI (**se for o caso assinale uma ou mais alternativa**))? **5**

- (a) realiza palestras/capacitação para a comunidade e escola com orientações básicas de educação ambiental, sobre a gestão dos resíduos gerados na aldeia, reciclagem e coleta seletiva **25%**.
- (b) realiza palestras/capacitação de manejo, proteção e de uso adequado do solo e da água **25%**.
- (c) realiza palestras educativas/capacitação de conscientização sobre o uso do fogo, prevenção e combate a incêndio florestal para comunidade e escola **25%**.
- (d) realiza capacitação na aldeia e executa projetos que atendam as mulheres na produção/confecções de roupas, artesanato (artesanato) e para fomentar a apicultura e outros **25%**.
- (e) não realiza nenhuma ação **0%**

Relacionar outras ações se for o caso:

1.3 A prefeitura presta apoio para a gestão da TI? **6**

- (a) sim, muito, **7 ou mais** ações. Realiza manutenção de estradas, curva de nível, bacias de contenção, recuperação de áreas degradadas com erosões e voçorocas no interior da TI, aceiros, divulga a TI, confecciona placas, fornece maquinário, insumos agrícolas, mão-de-obra, assistência técnica, atua na fiscalização, reflorestamento e outras (**sublinhar as ações**). **100%**
- (b) sim, medianamente. Atende **5 ou 6** das ações da primeira alternativa. **75%**
- (c) sim, um pouco. Atende apenas **3 ou 4** das ações da primeira alternativa. **50%**
- (d) sim, muito pouco. Atende apenas **1 ou 2** das ações da primeira alternativa. **25%**
- (e) não. Ignora a existência da TI. **0%**

Que tipo de apoio? Tem alguma instituição parceira?

1.4 Foi formalizado termo de compromisso/parceria ou algum convênio entre o município e alguma instituição pública (FUNAI/IBAMA/AGRAER/PMA, p. ex.) ou instituição privada, que vise o apoio, assistência técnica, fiscalização e outros na TI? (**anexar no CD/pendrive cópias de documentos comprobatórios**) **5**

- () sim, foi formalizado uma parceria/compromisso/convênio de apoio (**Anexar cópia no pendrive/CD do termo**) **100%**
- () não ou não apresentou os documentos comprobatórios. **0%**

Citar a instituição e tipo de acordo firmado:

2. QUALIDADE E MELHORIA DO AMBIENTE

(a ser preenchido na reunião de avaliação)

2.1 As placas de orientação/localização/identificação, inclusive acessos e áreas de uso interno da TI estão instaladas de forma satisfatória (quantidade e qualidade)? **3**

- (a) altamente satisfatória **100%**
- (b) satisfatório **75%**
- (c) medianamente satisfatório **50%**
- (d) pouco satisfatório **25%**
- (e) insatisfatório ou inexistente **0%**

Observação:

2.2 Houve incêndio no interior da TI no último ano? (**poderá ser comprovado pelo IMASUL através de focos de calor via site do INPE**) **2**

- (a) não houve incêndio **100%**
- (b) sim, e foram adotadas as medidas necessárias para minimizar os efeitos **50%**
- (c) sim e não foram adotadas as medidas necessárias para minimizar os efeitos **0%**

3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA (a ser preenchido pelo representante da Prefeitura)

3.1. Existe Conselho Municipal de Meio Ambiente formalmente instituído e ativo? **(Anexar cópias dos documentos comprobatórios no CD/pendrive: legislação vigente, nomeação dos membros e a última Ata) 4**

(a) sim 100%

(b) não existe ou não apresentou documentos comprobatórios 0%

Observação: Citar a legislação vigente da criação do Conselho _____

3.2 A comunidade indígena está representada no Conselho Municipal de Meio Ambiente? 2

() sim, conforme documento válido da nomeação no Conselho, em anexo. 100% (

) não, ou não apresentou comprovação. 0%

Observação:

3.3 Existe Fundo Municipal de Meio Ambiente legalmente criado e ativo? **(Anexar cópias dos documentos comprobatórios no CD/pendrive: cópia da Lei, Declaração do Conselho Gestor do Fundo para comprovar que está ativo). 4**

(a) sim, está ativo e com percentual de ICMS Ecológico destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente 100%

(b) sim, está ativo porém sem o percentual de ICMS Ecológico destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente 50%

(c) não existe, ou está inativo ou não foram apresentados documentos comprobatórios 0%

Observação: Citar legislação vigente da criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente

3.4. Foi apresentado ao IMASUL o Plano de Aplicação dos Recursos de ICMS Ecológico para o ano vigente e dentro do prazo especificado? **(Enviar estes documentos comprobatórios pelo correio ou protocolar no Imasul: o Plano de Aplicação dos Recursos do ICMS Ecológico do ano vigente com assinatura do responsável e a Ata de aprovação do CMMA). Obs: Salvar cópias de todos os documentos também no cd/pendrive. 5**

(a) sim, e o Conselho Municipal de MA participou da elaboração/aprovação do Plano de Aplicação dos recursos do ICMS Ecológico 100%

(b) sim, porém Conselho Municipal de MA não participou da elaboração/aprovação do Plano de Aplicação dos recursos do ICMS Ecológico 50%

(c) não ou apresentou fora do prazo 0%

3.5 Foi apresentado ao IMASUL o Relatório Anual de Aplicação dos Recursos do ICMS Ecológico referente ao ano anterior e dentro do prazo especificado? **(Enviar estes documentos comprobatórios pelo correio ou protocolar no Imasul: o Relatório Anual de Aplicação dos Recursos do ICMS Ecológico do ano anterior com assinatura do responsável e a Ata de aprovação do CMMA).**

Obs: Salvar cópias de todos os documentos também no cd/pendrive, inclusive os registros fotográficos (vide modelo de Relatório Fotográfico no site). 5

(a) sim, e o Conselho Municipal de MA participou da elaboração/aprovação do Relatório Anual de Aplicação dos Recursos do ICMS Ecológico 100%

(b) sim, porém o Conselho Municipal de MA não participou da elaboração/aprovação do Relatório Anual de Aplicação dos Recursos do ICMS Ecológico 50%

(c) não ou apresentou fora do prazo 0%

3.6 O município tem ações de educação ambiental cadastradas e aprovadas no SisEA/MS (Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental) até 31/03/2022? Poderão ser assinaladas mais de uma questão. **(Item a ser preenchido pela Unidade de Educação Ambiental/Imasul) 4**

(a) Possui programa cadastrado e aprovado (máximo 1). 40%;

(b) Possui projetos cadastrados e aprovados (no mínimo 1). 15%;

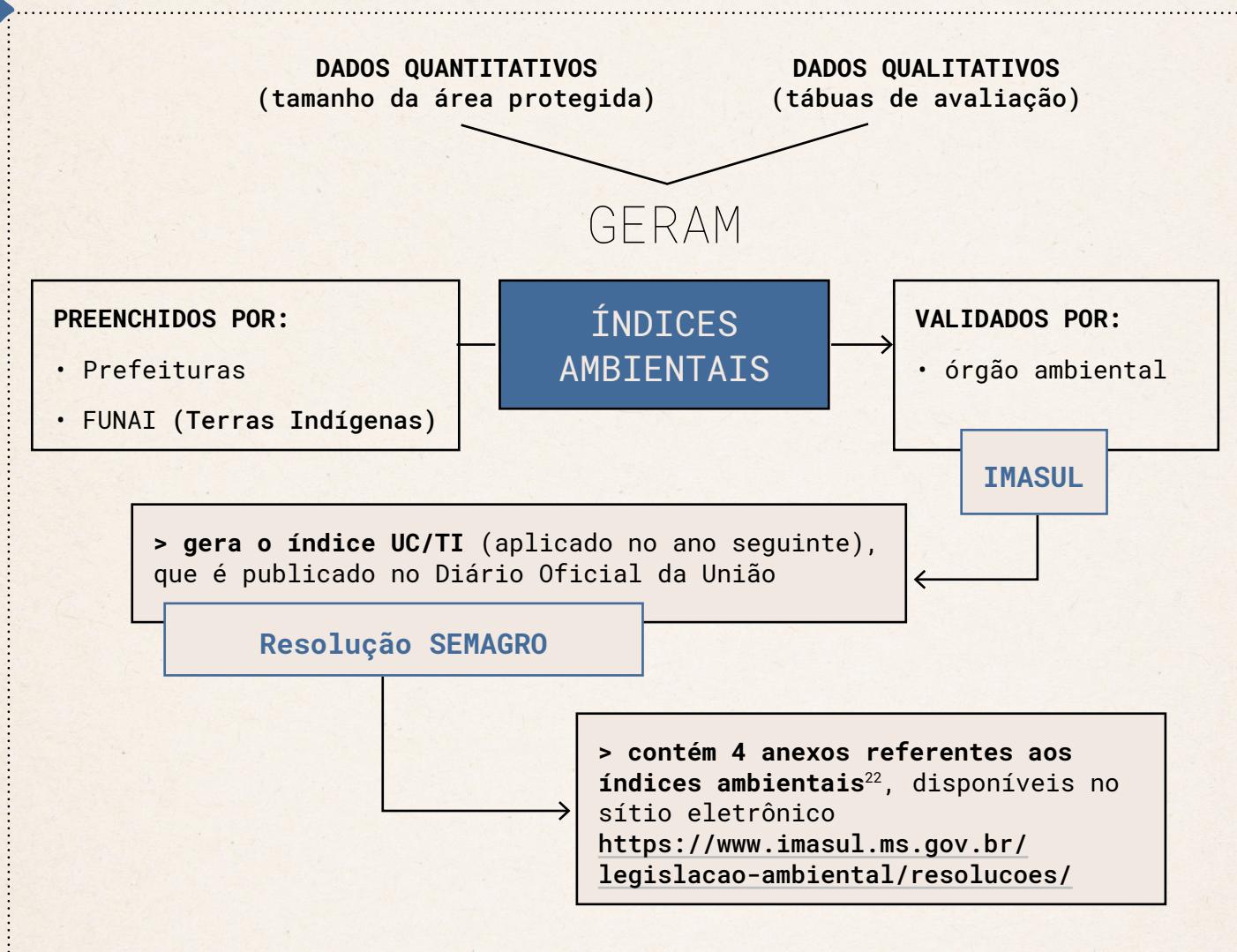
(c) Possui projetos cadastrados e aprovados (mais de 1). 30%;

- (d) Possui campanhas cadastradas e aprovadas (no mínimo 1). **10%**;
- (e) Possui campanhas cadastradas e aprovadas (mais de 1). **20%**;
- (f) Possui ações pontuais e/ou pesquisas cadastradas e aprovadas (no mínimo 3). **5%**;
- (g) Possui ações pontuais e/ou pesquisas cadastradas e aprovadas (mais de 3). **10%**;
- (h) Não cadastrou ou cadastrou mas não foi aprovado. **0%**

OBS.: A presença de um nº no final de cada enunciado indica que a questão pontua e qual é o peso da questão; no final de cada alternativa está a percentagem.

RECOMENDAÇÕES, observações ou justificativas técnicas do profissional avaliador, para a melhoria da qualidade da TI, ou outros, devidamente comunicadas à prefeitura municipal.

COMO SÃO ESTRUTURADOS OS RELATÓRIOS DE REPASSE DO ICMS ECOLÓGICO



22 Anexo I - Índice Geral ICMS Ecológico (por Município); Anexo II - Índice Ambiental Definitivo por Unidades de Conservação/Terras Indígenas (Índice UC/TI e Participação UC/TI no Índice Geral - 7/10); Anexo III - Base de Cálculo para o Índice Ambiental Definitivo por Unidades de Conservação/Terras Indígenas; Anexo IV - Base de Cálculo para o Índice Ambiental Definitivo por Unidades de Conservação/Terras Indígenas.

Apesar da publicação anual dos índices ambientais pela SEMAGRO, os valores referentes ao ICMS municipal, bem como a contribuição das áreas protegidas para o repasse de tais montantes, não são publicizados, o que na prática impossibilita o cálculo do ICMS Ecológico e dificulta a transparência e o controle social desta política pública pelos povos indígenas.



Foto: Pedro Novaes, 2022. Projeto BRA Funai/Pnud



3.4 TOCANTINS

2002

4 de abril de 2002 Instituição do ICMS Ecológico no Tocantins



Lei nº 1.323

- dispõe sobre os índices integrantes do cálculo da parcela do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios;
- foi a primeira lei do estado a estabelecer critérios ambientais para a distribuição de uma porcentagem da cota parte do ICMS, o qual passou a ser repartido por uma quota igual, território, população e o ICMS Ecológico;
- regulamentada pelo Decreto nº 1.666 de 26 de dezembro de 2002²³;
- o anexo único adotou o índice de cálculo para repasse financeiros aos municípios de 3,5% para Unidades de Conservação e Terras Indígenas.
- previu ainda um aumento gradativo dos percentuais de rateio com fundamentos ambientais, chegando a 13% ao final de 2007.

O Decreto nº 1.666/2002 instituiu índices qualitativos e quantitativos que compõem o cálculo da parcela do ICMS pertencente aos municípios. O critério “terras indígenas e unidades de conservação” é objeto de avaliação quantitativa nos seguintes aspectos:

- > A superfície da terra indígena ou unidade de conservação no município
- > A categoria de regularização da terra indígena ou da unidade de conservação.

Esse critério é contemplado, qualitativamente, por meio de avaliação das ações das prefeituras nas terras indígenas ou nas unidades de conservação de acordo com um questionário de avaliação elaborado pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), e submetido à aprovação do Conselho Estadual de Meio de Ambiente do Tocantins (COEMA/TO).



O Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins é o órgão responsável pela verificação dos questionários de avaliação qualitativa e pela elaboração dos índices do ICMS Ecológico, com exceção do Índice de Conservação e Manejo do Solo do Município – ICSm, cuja análise é responsabilidade do órgão de extensão rural do Estado, o Ruraltins.

²³ <http://dtri.sefaz.to.gov.br/legislacao/ntributaria/decretos/Decreto1.666.02.htm>

2015

A Lei nº 2.959²⁴ atualizou os critérios de distribuição da cota parte do ICMS no estado a partir do índice de Participação dos Municípios (IPM). Esse índice é elaborado com os dados do ano-base anterior e aplicado no ano subsequente e manteve os 13% do repasse da cota-parte do ICMS a título de critérios ambientais. Essa lei estabeleceu uma Comissão Especial composta por membros do governo estadual e dos governos municipais para acompanhar e discutir a aplicação do ICMS Ecológico. No ordenamento legal foi estabelecido que o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) é responsável pelo levantamento dos quesitos e elaboração dos índices de caráter ambiental que foram alterados com relação à lei de 2002.

2017

A Assembleia Legislativa de Tocantins aprovou a Lei nº 3.319, alterando a Lei nº 2.959/2015 e definindo novos índices para o cálculo do ICMS Ecológico a ser repassado aos cofres municipais em 2018, totalizando seis critérios ambientais qualitativos).



Com a nova lei aprovada em 2017, o Índice de Conservação da Biodiversidade e *Terras Indígenas e Quilombolas* do Município (ICBM) subiu de 3,5% para **4%**

Um novo critério de distribuição foi incorporado à metodologia de avaliação do benefício fiscal: Índice de Turismo Sustentável (1,0%)²⁵ e as terras quilombolas (que ainda não foi regulamentada, portanto não tem repasses)²⁶.

24 Posteriormente alterada pelas Leis nº 3319/2017 e nº 3.348/2018

25 Segundo o §7º, são beneficiários do índice de que trata o inciso IV deste artigo, os Municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro (Redação dada pela Lei 3.319 de 22.12.17).

26 O Índice de Turismo Sustentável deve ser apontado pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura de Tocantins, levando em consideração apenas aqueles municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro. No entanto, não está claro na legislação vigente como esse índice é contabilizado (Castro et al. 2022).



Em 2015, foi publicado o Decreto nº 5.264, de 30 de junho de 2015²⁷, que:

- REGULAMENTOU o cálculo dos critérios ambientais (relativos à composição do Índice de Participação dos Municípios -IPM).
- ATUALIZOU os fatores de conservação das categorias:

> Unidades de Conservação

Anexo I ao Decreto nº 4.739, de 15 de fevereiro de 2013

Fator de Conservação (FC) segundo as categorias de UCs no Tocantins

Categoria de Manejo de Unidades de Conservação	Fatores de Conservação
Reserva Biológica	1,0
Estação Ecológica	1,0
Parque Nacional, Estadual e Municipal	0,9
Monumento Natural	0,8
Refúgio de Vida Silvestre	0,8
Reserva Particular do Patrimônio Natural	0,6
Floresta Nacional, Estadual e Municipal	0,5
Reserva Extrativista	0,45
Área de Relevante Interesse Ecológico	0,4
Reserva de Fauna	0,4
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	0,2
Área de Proteção Ambiental	0,1

²⁷ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=286363>



Foto: Pedro Novaes, 2021. Projeto BRA Funai/Pnud

> Níveis de regularização de Terras Indígenas

Anexo II ao Decreto nº 4.739, de 15 de fevereiro de 2013

Níveis de Regularização das Terras Indígenas e pontuação do Fator de Conservação no Tocantins

Nível de Regularização	Fator de Conservação
Registradas	0,5
Homologadas	0,45
Reservadas/Dominiais	0,4
Demarcadas	0,35
Em demarcação	0,3
Declaradas	0,25
Identificadas	0,2
Em identificação	0,15
A identificar	0,0

Anexo III do Decreto Nº 5.264/2015: Índices de Cálculo do
ICMS Ecológico em Unidades de Conservação e Terras Indígenas

Cálculo do Coeficiente de Conservação da Biodiversidade

> Unidades de Conservação e Terras Indígenas



$$CB = (Sap / Sm) * FC * AQap$$

Sendo:

CB – Coeficiente de Conservação da Biodiversidade da área protegida;

SAP – Superfície, em hectares, da porção das áreas protegidas (RL, APP, UC, TI) contida dentro do território municipal, de acordo com dados fornecidos pelo órgão responsável pela gestão da respectiva área;

SM – Superfície total do município, em hectares, de acordo com o último dado disponibilizado pelo IBGE;

FC – Parâmetro atribuído às categorias de manejo de unidades de conservação e aos diferentes níveis de regularização fundiária das terras indígenas, de acordo com definição discriminada nos Anexos II e III do Decreto;

AQ AP – Avaliação da qualidade da conservação das unidades de conservação e terras indígenas, segundo seus objetivos de manejo e/ou funções e meios para alcançá-los, de acordo com Tábua de Avaliação definida e homologada pelo órgão responsável pelo cálculo do índice.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO ICMS ECOLÓGICO

2013

A Resolução nº 40 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA)²⁸ aprovou o questionário de avaliação qualitativa para o cálculo da parcela do ICMS pertencente aos municípios. A FUNAI ficou responsável por atestar a comprovação das ações encaminhadas pela gestão pública municipal no que se refere à elaboração do questionário de avaliação qualitativa do ICMS Ecológico.

2018

Foi sancionada a Lei nº 3.348/2018 que realizou três alterações na Lei nº 3.319/2017:

- 1** Quanto aos índices em Terras Indígenas, a comprovação da conformidade das ações previstas no *Questionário de Avaliação Qualitativa* (Seção D) poderá ser apenas por fotos, documentos ou qualquer meio de prova consistente e lícita, podendo a Naturatins optar ou não pela consulta a outros órgãos ou entes públicos ou privados;
- 2** Prorrogação da aplicação da Lei nº 3.319/2017 para 01 de janeiro de 2019;
- 3** Instituiu uma *Comissão Especial* com o intuito de promover estudos concernentes a aplicação das mudanças propostas na referida Lei.

Outra alteração da Lei 3348/2018 foi a retirada de obrigatoriedade de declaração da FUNAI, que pode ser substituída pela declaração da comunidade indígena.

28 Resolução COEMA n. 40 de 27 de agosto de 2013. Dispõe sobre o questionário de avaliação qualitativa do ICMS-E do Tocantins. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/223911>

A 16a Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de ICMS Ecológico – CTPICMS-E²⁹ deliberou sobre a revisão da resolução COEMA nº 040/2013 que trata do Questionário de Avaliação Qualitativa do critério relativo ao Meio Ambiente, no âmbito da composição do Índice de Participação dos Municípios (IPM)³⁰.

NOVA TÁBUA DE AVALIAÇÃO TERRAS INDÍGENAS

(validade a partir de 2023)

> pontua 7 (sete) questões no âmbito da temática ambiental em TIs apoiada/executada pelos municípios, incluindo:

- participação de povos/comunidades indígenas no Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- ações de educação ambiental, agroecologia e conservação da agro-biodiversidade
- preservação, conservação e recuperação ambiental em terras indígenas;
- formação de brigadas e/ou ações de controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais
- gestão de resíduos sólidos.

29 Esta Câmara Técnica é composta pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento - SEFAZ, Ministério Público Estadual - MPE, Secretaria de Estado da Saúde, Associação Tocantinense de Municípios, Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS e Comunidade Indígena. Disponível em: <https://www.to.gov.br/semarh/2022/6g4kk6jhagki>

30 Disponível em: <https://www.to.gov.br/semarh/16a-ro-14-de-fevereiro/2zqlfwks8ayu>



Questionário de Avaliação Qualitativa em Terras Indígenas no Tocantins (Revisão da Resolução COEMA nº 40/2013)

1 Terras indígenas - TIs

Quanto ao apoio do Município ao desenvolvimento da temática ambiental junto à comunidade indígena:

1.1 A Comunidade Indígena integra o Conselho Municipal de Meio Ambiente com um representante?

() Não – 0 ponto

() Sim – 10 pontos

Documentos comprobatórios: Cópia do Decreto de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente publicado no diário oficial.

1.2 O município realizou ou participou de ações de educação ambiental, no último ano-base, nas terras indígenas? (Ex.: dia de campo, fóruns, oficinas ou seminários, palestras, gincanas)

() Não – 0 ponto

() 1 a 3 ações – 5 pontos

() 4 a 6 ações – 7 pontos

() Acima de 6 ações – 10 pontos

Documentos comprobatórios: Ata assinada da reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente que aprovou o relatório das atividades desenvolvidas contendo agenda, descrição sucinta das ações, fotos identificadas, materiais utilizados, assinado pelo gestor da pasta.

() Não – 0 ponto

Documentos comprobatórios: Ata assinada da reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente que aprovou o relatório das atividades desenvolvidas contendo agenda, descrição sucinta das ações, fotos identificadas, materiais utilizados, assinado pelo gestor da pasta.

1.3 O município apoia ou executa atividades de agroecologia e conservação da agro biodiversidade na terra indígena?

- () Feira de sementes ou Guardiões de sementes ou Banco de sementes – 08 pontos
- () Apoio a roça tradicional, práticas agroecológicas ou sistemas agroflorestais – 22 - pontos
- () Sim – 15 pontos

Documentos comprobatórios: Ata assinada da reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente que aprovou o relatório das atividades desenvolvidas contendo agenda, descrição sucinta das ações, fotos identificadas, materiais utilizados, assinado pelo gestor da pasta.

1.4. A prefeitura executa ações de preservação, conservação e recuperação ambiental em terras indígenas (Ex.: recuperação de nascentes e áreas degradadas)?

- () Não – 0 ponto

1.5. A prefeitura apoia a formação de brigadas ou ações de controle de queimadas ou de prevenção e combate aos incêndios florestais na terra indígena?

- () Não – 0 ponto
- () Sim – 10 pontos

Documentos Comprobatórios: Declaração do responsável legal do PrevFogo ou do Líder Indígena ou da FUNAI

1.6. O município atende a população indígena aldeada com a coleta de resíduos sólidos?

- () Não – 0 ponto
- () Sim – abaixo de 15% – 3 pontos
- () Sim – de 15% a 25% – 6 pontos
- () Sim – de 26% a 50% – 9 pontos
- () Sim – de 51% a 75% – 12 pontos
- () Sim – acima de 75% – 15 pontos

Documentos comprobatórios: Ata assinada da reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente que aprovou o relatório das atividades desenvolvidas contendo cronograma da coleta e percentual de população indígena aldeada atendida, assinado pelos líderes indígenas.

1.7. O município mantém local ou recipiente adequado para acondicionamento dos resíduos sólidos que atende a população indígena aldeada, contemplada com a coleta?

- () Não - 0 ponto
- () Sim - abaixo de 15% - 1 ponto
- () Sim - de 15%a 25% - 4 pontos
- () Sim - de 26%a50% - 6 pontos
- () Sim - de 51%a 75% - 8 pontos
- () Sim - acima de 75% - 10 pontos

Documentos comprobatórios: Declaração do líder indígena de existência do local ou recipiente para acondicionamento e percentual de população indígena atendida anualmente.



Foto: Olivia Ferraz

PROCEDIMENTOS PARA O ACESSO AO ICMS-E NO TOCANTINS

1 ATÉ 15 DE MARÇO DE CADA ANO

ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA do ano anterior à apresentação da documentação



Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)

Superintendência de Gestão Ambiental – autarquia responsável pela gestão do ICMS-E no estado

> O *Questionário de Avaliação Qualitativa* contém a lista de documentos a serem entregues, separados por tema e cadastrados no Sistema de Análise.

2 ATÉ 25 DE ABRIL DE CADA ANO

Naturatins, Ruraltins e Secretaria de Turismo validam os documentos



Índices consolidados são encaminhados à Secretaria de Fazenda do estado (SEFAZ).

3 FINAL DE JUNHO

SEFAZ publica no Diário Oficial o Índice de Participação dos Municípios (IPM) provisório, ficando por 30 dias sob consulta pública e aguardando pedidos de impugnação por parte dos municípios.

> Caso haja pedidos de impugnação relacionados ao ICMS-E, o Naturatins tem até 15 dias (após o prazo de consulta) para remeter à SEFAZ os pareceres e notas técnicas que acolhem ou indeferem os pedidos impugnatórios.

4 PENÚLTIMA SEMANA DE AGOSTO

Publicação do IPM Definitivo³¹. Esses índices serão aplicados a partir de 01 de janeiro do ano seguinte.

³¹ <https://www.to.gov.br/sefaz/definitivo/2n8nk7yykga8>



De agosto a dezembro, o Naturatins aplica capacitações e realiza atendimento de balcão com os municípios.

A avaliação da efetividade de implantação e o monitoramento dos critérios ambientais do ICMS-E tem sido um desafio técnico-operacional para a equipe da Naturatins. O questionário de avaliação qualitativa demanda dos municípios uma grande quantidade de comprovações e evidências das ações, caracterizadas como instrumentos de gestão (planos, protocolos, cronogramas, atas, relatórios, etc.), na maioria declaratórios. Um exemplo é a exigência de protocolos de combate a incêndios florestais, no qual é solicitado da prefeitura o envio de documento com as diretrizes. Entretanto, a Naturatins não consegue validar se esse plano foi efetivo na redução de queimadas/incêndios no município (PNUD, 2019).

Plataforma SISECO

- > Recentemente, a SEMARH financiou a atualização do sistema computacional (SISECO) que é a plataforma eletrônica que gerencia todas as informações referente aos critérios ambientais dos municípios e executa os cálculos dos índices.
- > O questionário do SISECO tem 64 a 80 questões respondidas com base nos seis critérios, sendo que quanto mais comprovação das ações maior o repasse.
- > O Decreto nº 6.289³², de 27 de julho de 2021, alterou a composição do IPM e formalizou a plataforma SISECO, a ser utilizada pelos municípios na integração dos índices do ICMS Ecológico, com o resultado em percentual do critério ambiental.

³² https://www.lefisc.com.br/banco/estadual/TO/2021/decreto6289_21.htm

COMO ESTÃO ESTRUTURADOS OS RELATÓRIOS ESTADUAIS DE REPASSE DO ICMS-E NO TOCANTINS

▶ **ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS IPM** (provisório e definitivo) publicado no Diário Oficial de Tocantins (1994 a 2017):

<https://www.to.gov.br/sefaz/os-indices-publicados/439ymdl37l5b>

▶ **PLANILHAS COM REPASSES MENSIS DE ICMS POR MUNICÍPIO** (2016-2022) disponíveis no endereço eletrônico:

<https://www.to.gov.br/sefaz/icms/41jfqfuvcoge>

▶ **DESDE 2018 A SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS (SEFAZ-TO)** tem publicado separadamente a contribuição de cada um dos seis critérios que compõem o ICMS-E (incluindo o critério UC/TI) para os valores totais do ICMS municipal (em reais).

▶ **INFORMAÇÕES RELEVANTES AUSENTES:**

Os valores repassados referentes ao critério UC/TI não estão desmembrados, portanto não é possível determinar a contribuição das TIs para arrecadação de ICMS nos municípios que também possuem UCs.

• O ICMS ECOLÓGICO NOS ESTADOS PRIORITÁRIOS •

Paraná

> 18 terras indígenas são contabilizadas para fins de repasse de ICMS Ecológico para os municípios de interface. Estas TIs correspondem a uma área total 84.686,63 ha (0,42% do território do estado). O repasse de ICMS Ecológico devido à presença de terras indígenas totalizou **15.847 milhões de reais** em 2021.

Mato Grosso do Sul

> O Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) considera 31 Terras Indígenas Homologadas e/ou Registradas para o repasse do ICMS Ecológico, distribuídas em 26 municípios, que totalizam 613.520,33 ha (0,44% do território do estado) (SEMAGRO, 2021). Em 2021, estes municípios arrecadaram **7.936 milhões de reais** pela presença de TIs em seus territórios.

Mato Grosso

> Possui uma área territorial de 903.207,047 km², dos quais cerca de 20% correspondem a Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas). No total, 70 terras indígenas (14.929.906 hectares) distribuídas em 59 municípios são contabilizadas para fins de repasse do ICMS-E pela SEMA-MT. Em 2021 os repasses municipais de ICMS-E referentes ao critério UC/TI totalizaram **231.572 milhões de reais**.

Tocantins

> Tem 22.82% do território (6.894.298 hectares) ocupado por áreas protegidas. Segundo dados da FUNAI³³, o estado tem 13 Terras Indígenas em diferentes estágios de regularização fundiária que totalizam 2.581.076,83 ha. Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Tocantins (SEFAZ-TO), 12 municípios do Estado abrigam 13 Terras Indígenas, os quais receberam **21.484 milhões de reais** referente ao critério UC/TI em 2021.

33 FUNAI-Fundação Nacional do Índio. Terras indígenas. Brasília: Sistema Indigenista de Informações, [2022]. Disponível em: http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas_lista.wsp?tmp.uf_codigo=12&tmp.terra_codigo=&tmp.etnia_codigo=&tmp.coord_codigo=&tmp.mun_codigo=&tmp.fase_codigo= Acesso em: 19 abr. 2022.



4. LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS DE IMCS ECOLÓGICO E FORMAS DE REPASSE



Foto: Pedro Novaes, 2022. Projeto BRA Funai/Pnud

Os recursos municipais do ICMS Ecológico tem duas formas de repasse para as comunidades indígenas:

DIRETAMENTE

Por meio de:

**CONVÊNIOS, ACORDOS OU
TERMOS DE COOPERAÇÃO**

Firmados com as associações indígenas.

INDIRETAMENTE

Através da:

**EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
E/OU
AQUISIÇÃO DE INSUMOS**

Os repasses de recursos que ocorrem por vias contratuais estabelecidas pelo poder público devem seguir determinações legais de direito público. Esses contratos devem prever de forma clara: **as partes; o objetivo geral e os objetivos específicos; o prazo de duração; os recursos, suas destinações, seus prazos e suas demonstrações.**

• FORMAS DE REPASSE DE RECURSOS POR MEIO DE CONTRATOS •

TERMO DE COLABORAÇÃO E TERMO DE FOMENTO

DEFINIÇÃO: Instrumento previsto na denominada Lei do Terceiro Setor, Lei n. 13.019/2014.

Por meio desses Termos, é possível estabelecer parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação

Exemplo: O município de Pitanga (PR) faz repasse direto de recursos para organizações indígenas da TI Ivaí através de convênio com base na Lei do Terceiro Setor e na Lei Ordinária Municipal nº 923/1999.

FORMAS DE REPASSE DE RECURSOS POR MEIO DE CONTRATOS

CONVÊNIO

DEFINIÇÃO: "Acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes". No entanto, quando é prevista a participação da União o conceito de convênio ganha uma definição mais complexa, sendo: "acordos, ajustes ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e tenha como participe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação." (Art. 1º, Decreto nº 6.170/07). De acordo com o artigo 18 da lei nº 9.293/1996, os recursos da União só podem ser descentralizados por meio de celebração de convênio ou outros instrumentos congêneres. As dotações orçamentárias destinadas aos convênios e aos contratos de repasse são alocadas no Orçamento Geral da União (OGU).

Exemplo: Turvo (PR) editou a Lei Municipal 65/2019 autorizando o poder executivo Municipal a firmar convênio que estabelece o repasse de 80.000 reais por ano para a *Associação Comunitária Indígena Marrecas - ASCOIM*.

No âmbito deste estudo, foram levantados seis municípios no Paraná e Mato Grosso com normativas específicas que institucionalizam o repasse de recursos oriundos do ICMS Ecológico para organizações/comunidades indígenas (de forma direta e/ou indireta) (Anexo 3). No Mato Grosso do Sul e Tocantins não foram encontradas normativas municipais que determinem o repasse dos recursos de ICMS-E para povos indígenas. Estas experiências indicam caminhos de aprimoramento que possibilitem o funcionamento deste mecanismo de PSA, protegendo os territórios e melhorando a qualidade de vida dos povos indígenas.

O município de **Santa Amélia** (PR) tem efetuado o repasse de 65% do ICMS Ecológico para a TI Laranjinha com base em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado em 2019³⁴. Foi constituído um comitê gestor (Prefeitura, FUNAI, representantes indígenas) para deliberar sobre a aplicação/uso dos recursos.

Entre os desafios identificados cabe destacar a dificuldade de delimitação e destinação dos recursos do ICMS-E pelos municípios, falta de equipes técnicas qualificadas para atuação na questão indígena; dificuldades com a avaliação qualitativa das Terras Indígenas; monitoramento, participação e controle social, entre outros.

34 Em 2019, a Defensoria Pública do Estado do Paraná ingressou com uma Ação Civil Pública (ACP nº 00679.000551/2019-19) em razão da Prefeitura de Santa Amélia não realizar repasse de produtos e serviços dos recursos do ICMS Ecológico à comunidade indígena.



5. BOAS PRÁTICAS E APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO ICMS ECOLÓGICO NOS ESTADOS PRIORITÁRIOS



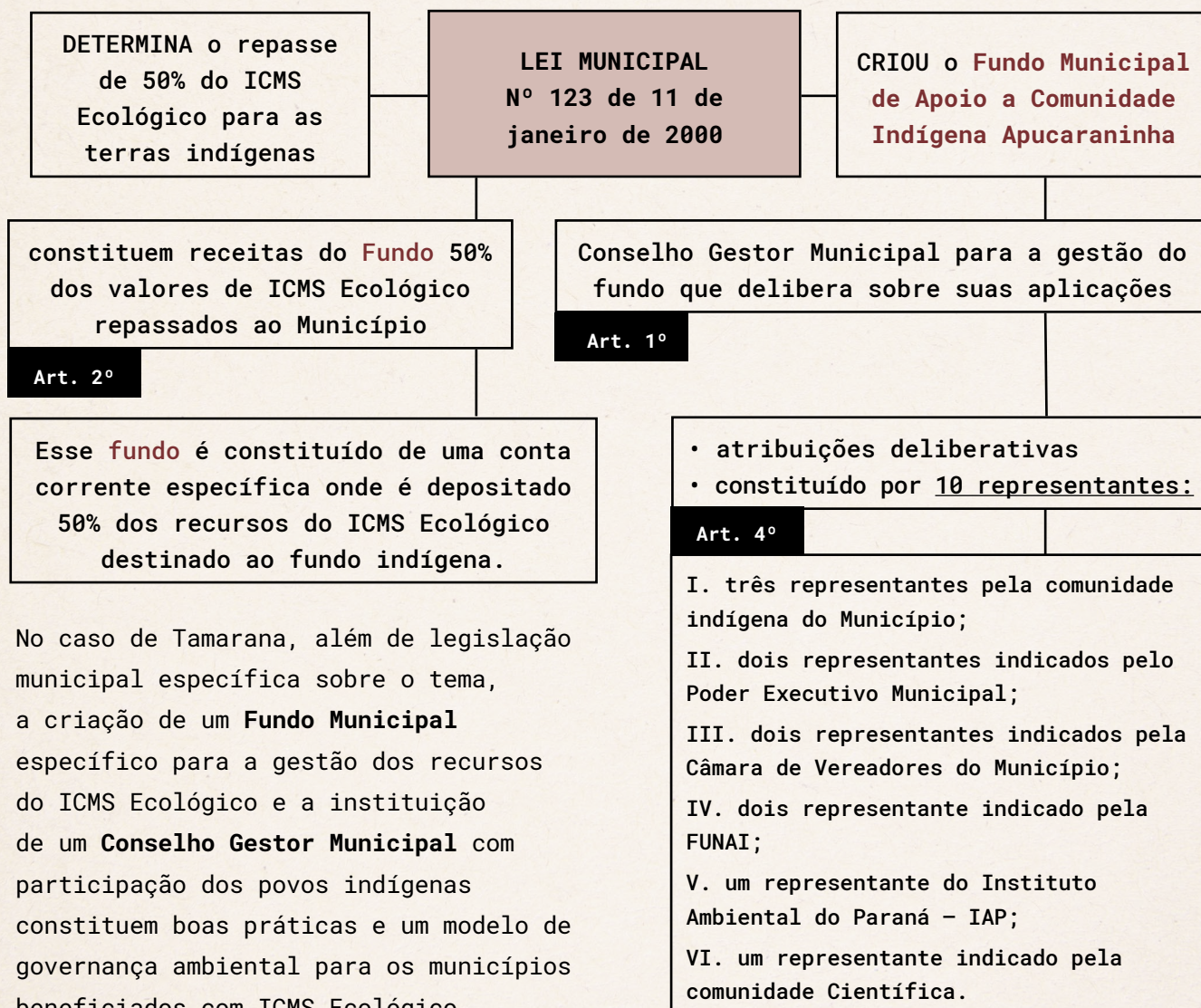
1) GESTÃO MUNICIPAL E O REPASSE DE RECURSOS DO ICMS ECOLÓGICO AOS POVOS INDÍGENAS

Foram identificadas duas experiências que constituem exemplos de gestão municipal dos recursos do ICMS Ecológico em Terras Indígenas do **PARANÁ**. Os municípios de Tamarana e Chopinzinho (**PARANÁ**) têm legislações específicas que garantem o repasse de recursos do ICMS Ecológico para os povos indígenas.

BOAS PRÁTICAS NO REPASSE DE RECURSOS DO ICMS ECOLÓGICO PARA OS POVOS INDÍGENAS

Tamarana

O município foi pioneiro na criação de um instrumento de repasse do ICMS Ecológico para os povos indígenas, em alinhamento com a Lei Estadual 12.690/1999.



No caso de Tamarana, além de legislação municipal específica sobre o tema, a criação de um **Fundo Municipal** específico para a gestão dos recursos do ICMS Ecológico e a instituição de um **Conselho Gestor Municipal** com participação dos povos indígenas constituem boas práticas e um modelo de governança ambiental para os municípios beneficiados com ICMS Ecológico.

BOAS PRÁTICAS NO REPASSE DE RECURSOS DO ICMS ECOLÓGICO PARA OS POVOS INDÍGENAS

Chopinzinho

As reivindicações das etnias Kaingang e Guarani resultaram na criação da Lei 3.770/2019 de Chopinzinho (PR), consistindo num avanço ao garantir o repasse dos recursos do ICMS Ecológico Municipal a estes povos.

LEI MUNICIPAL 3.770/2019

Política Municipal de Promoção dos Direitos Sociais dos Povos Indígenas de Chopinzinho-PR

**DECRETO N° 195,
de 16 de abril de 2019**

Dispõe sobre os Procedimentos para Concessão de Incentivos Previstos na Lei Municipal n° 3.770/2019

(posteriormente o Anexo I do Decreto n° 195/2019 foi alterado pelo Decreto n° 466/2019)

A referida Lei e Decreto garantem os direitos de **repasse** dos recursos do ICMS Ecológico do município aos povos Guarani e Kaingang³⁵

DE FORMA DIRETA

Recursos financeiros para as associações

DE FORMA INDIRETA

Contratação de serviços e/ou aquisição de insumos

³⁵ Estas normativas consideram duas organizações indígenas beneficiárias dos recursos: Associação dos Agricultores Indígenas Guarani de Palmeirinha Chopinzinho – PR - AAIGP e Associação de Produtores Indígenas da Linha Luiz - APROIL.

2) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS TERRAS INDÍGENAS

Os critérios de pontuação ambiental dos municípios costumam estar embasados mais em parâmetros quantitativos (extensão total de áreas protegidas e categorias de uso) do que qualitativos (cobertura de vegetação nativa, níveis de fragmentação, proteção de corpos hídricos etc). Ademais, a disponibilidade de dados que possibilitem verificar de que maneira os recursos recebidos pelos municípios são aplicados é escassa e dispersa, apontando para certa desobrigação de nexos causal entre o recebimento de recursos do ICMS Ecológico e a destinação destes valores, ao menos em parte, para ações de proteção ambiental, manutenção de fluxos de serviços ecossistêmicos e melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas.

Dessa forma, os estados têm papel indutor de incentivar a execução da política de ICMS Ecológico pelos municípios, através da avaliação qualitativa das áreas protegidas (tábuas de avaliação). Há um amplo histórico de informações verificáveis a partir dos dados coletados pelos estados (seja autoavaliação ou dados secundários como focos de incêndio, desmatamento, etc) que podem ser sistematizados para atestar a qualidade ambiental das TIs. Além dos indicadores ambientais, é importante a inclusão de indicadores culturais e sociais para as Terras Indígenas.

Dos quatro estados prioritários, **MATO GROSSO** é o único que ainda não dispõe de critérios de avaliação qualitativas das áreas protegidas (UCs e TIs). Dessa forma, recomenda-se a retomada urgente das discussões no âmbito da *Câmara Técnica do ICMS Ecológico* (desmobilizada desde 2019) pela SEMA-MT a fim de avançar na elaboração de um instrumento de avaliação qualitativa das Terras Indígenas. A partir dos critérios qualitativos, o ICMS Ecológico pode transformar-se num mecanismo indutor de políticas públicas em prol do meio ambiente, e não apenas restringir-se a um instrumento compensatório como tem funcionado no estado atualmente.

3) SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS

Os mecanismos, leis e decretos presentes na legislação federal devem ser observados pelos estados e municípios. Nesse sentido, a implementação do ICMS Ecológico deve observar as **salvaguardas socioambientais** voltadas para os povos indígenas, incluindo a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e o direito à consulta prévia, livre e informada.

a) Apoio à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas

A avaliação qualitativa das Terras Indígenas (*tábuas de avaliação*) consiste numa forma de premiar os municípios que fazem gestão adequada do ICMS-E. O ICMS-E pode ser direcionado para atuar em interface com a PNGATI ao apoiar ações estruturantes de etnodesenvolvimento, como tem apontado a experiência do **PARANÁ**, que tem buscado adequar a tábuas de avaliação em consonância com os Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTAs), a fim de estimular atividades de conservação e recuperação de áreas degradadas, agroextrativismo e produção sustentável, entre outros.

b) Direito à consulta prévia, livre e informada - CPLI (Convenção 169 OIT)

Os povos indígenas devem ser consultados pelos municípios antes destes elaborarem e/ou executarem políticas públicas e projetos, quaisquer ações que sejam, que gerem impactos [positivos ou negativos] dentro das terras indígenas. Portanto, as ações desenvolvidas dentro de terras indígenas e junto a povos indígenas devem passar por esse processo de consulta. Dessa forma, propõe-se a institucionalização da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) como requisito obrigatório a ser exigido pelos estados na elaboração dos planos de trabalho pelos municípios. A FUNAI é a instituição que tem condições de confirmar/validar os processos de consulta realizados pelos municípios em terras indígenas. Em **TOCANTINS**, cabe destacar a experiência da parceria entre o Ministério Público e a FUNAI (CTL Tocantinópolis) na realização de oitivas durante a elaboração dos planos de trabalho com o povo Apinajé e as prefeituras.

No **MATO GROSSO DO SUL**, as comunidades indígenas têm reivindicado a participação no preenchimento das tábuas de avaliação do ICMS Ecológico, e tem cobrado devolutivas dos gestores municipais em relação à prestação de contas por meio de audiências públicas. Com base nestas demandas, a FUNAI começou a provocar, a partir de 2018, instâncias de diálogo mais ampliadas ou de consulta às lideranças/comunidades indígenas.

No **PARANÁ**, recomenda-se a criação de instrumentos para assegurar o compromisso dos gestores no cumprimento dos planos de trabalho, incluindo a institucionalização da CPLI na tábua de avaliação, e a garantia de participação dos representantes indígenas nos processos de avaliação.

4) MONITORAMENTO

Recomenda-se para todos os estados o estabelecimento de mecanismos de auditoria da aplicação municipal dos recursos oriundos do ICMS Ecológico através da:

> Construção de mecanismo de auditoria pelos órgãos de controle do estado (ex. Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público) em parceria com as Secretarias de Meio Ambiente do Estado, FUNAI e representantes indígenas para avaliar as ações realizadas pelos municípios nas Terras Indígenas decorrentes dos recursos oriundos do ICMS Ecológico.

> Organização de um sistema de indicadores de monitoramento das ações municipais por representatividade ou amostragem nos estados com território amplo e /ou pequenas equipes técnicas (**MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL e TOCANTINS**).



5) PUBLICIDADE, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Apesar do sucesso do ICMS Ecológico como mecanismo promotor da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas em alguns estados brasileiros, existem lacunas quanto às metodologias de cálculo dos indicadores ambientais (CASTRO et al. 2019). Em alguns casos esses cálculos são de difícil compreensão, e a falta de transparência na divulgação da contabilidade, critérios e valores dos repasses dificulta o envolvimento dos municípios e o controle social dos beneficiários. Dessa forma, recomenda-se aos estados do **MATO GROSSO** e **MATO GROSSO DO SUL** o aperfeiçoamento dos canais de divulgação e publicidade dos valores de ICMS Ecológico repassado aos municípios, seja na página da Secretaria da Fazenda do Estado ou dos órgãos ambientais, a fim de promover o controle social desta política pública pelas comunidades indígenas.

Além disso, recomenda-se ao estado do **TOCANTINS** a publicização dos valores de ICMS Ecológico repassados aos municípios referentes à contribuição das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas de forma separada (a exemplo do **Paraná**).

6) CAPACITAÇÃO

Recomenda-se a capacitação contínua dos estados, municípios e povos indígenas para entender na prática o funcionamento do ICMS Ecológico. No **PARANÁ**, por exemplo, o IAT tem buscado parceria com universidades para qualificar essa discussão junto às prefeituras e órgãos ambientais.

7) DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL

Fortalecimento do diálogo interinstitucional entre os órgãos ambientais estaduais, FUNAI e municípios e comunidades indígenas para obter melhores resultados na implementação do ICMS-E e a consequente conservação do patrimônio natural e cultural das TIs.





B. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOÉ et al. Panorama, Desafios e Oportunidades do ICMS Ecológico no Brasil. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, nº 4, p. 403-419, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Ícone, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 15 março, 2022.

CASTRO, B.; YOUNG, C.E.; COSTA, L., COSTA, D.S. O ICMS Ecológico como uma política de incentivo dos gastos ambientais municipais. **Desenvolvimento em Debate** v.7, n.1, p.181-199, 2019.

IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Diretoria de Desenvolvimento. Guia Orientativo ICMS Ecológico. Campo Grande, MS: 2018. 52p. Disponível em: http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Guia-Orientativo_ICMS-Ecológico_Versão-Digital.pdf. Acesso em: 03/2022.

LIMA, I.M.C.; GOMES L.J.; FERNANDES, M.M. Áreas protegidas como critério de repasse do ICMS Ecológico nos estados brasileiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 54, 125-145, jul./dez. 2020.

LOUREIRO, W. **Contribuição do ICMS Ecológico à conservação da biodiversidade do Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

MATSUBARA, A. T. **ICMS ecológico e a conservação de áreas protegidas no estado do Tocantins**: um enfoque nas terras indígenas. Porto Nacional, Dissertação (Mestrado em Biodiversidade, Ecologia e Conservação), Universidade Federal do Tocantins, 2017.

SABBAG, E. **Direito Tributário Essencial**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. 14° ed.

SIMIONI, M. de P. **ICMS Ecológico e terras indígenas**: um estudo de caso da Reserva Indígena de Marrecas-PR. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

TEEB - The Economics of Ecosystems and Biodiversity Regional-Local (2019). Guia para Formulação de políticas Públicas Estaduais e Municipais de Pagamento por Serviços Ambientais. DISPONÍVEL EM: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/projetos/arquivos-projetos/20_teeb_factsheet_guiapsa.pdf



Foto: Pedro Novaes, 2022. Projeto BRA Funai/Pnud

Anexo 1. Fatores de Conservação Básicos para as categorias de manejo de conservação no Paraná (Anexo III da Portaria 263/1998)³⁶

Floresta Estacional Semidecidual												
Categorias de manejo	DOMÍNIO PÚBLICO						DOMÍNIO PRIVADO					
	Municipal		Estadual		Federal		Municipal		Estadual		Federal	
	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC
Reserva Biológica	1,00	0 a 20	0,8	0 a 0,5	0,8	0 a 0,4	-	-	-	-	-	-
Estação Ecológica	1,00	0 a 20	0,8	0 a 0,5	0,8	0 a 0,4	-	-	-	-	-	-
Parques	0,90	0 a 30	0,7	0 a 0,55	0,7	0 a 0,55	-	-	-	-	-	-
RPPN	-	-	-	-	-	-	-	-	0,68	0 a 6	0,68	0 a 3
ARIE	0,66	0 a 1	0,66	0 a 0,5	0,66	0 a 0,25	0,66	0 a 9	0,66	0 a 4	0,66	0 a 4
Florestas	0,64	0 a 15	0,64	0 a 0,5	0,64	0 a 0,5	-	-	-	-	-	-
Terras Indígenas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45	0 a 0,5
APAs	-	-	-	-	-	-	0,08	0 a 1	0,08	0 a 0,5	0,08	0 a 0,5
AErt/LIT -----	-	-	-	-	-	-	0,08	1 a 1	0,08	0 a 0,5	0,08	0 a 0,5
Faxinais	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45	0 a 2,0	-	-
Floresta Ombrófila Mista												
Categorias de manejo	DOMÍNIO PÚBLICO						DOMÍNIO PRIVADO					
	Municipal		Estadual		Federal		Municipal		Estadual		Federal	
	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC
Reserva Biológica	1,00	0 a 18	0,8	0 a 0,5	0,8	0 a 0,4	-	-	-	-	-	-
Estação Ecológica	1,00	0 a 18	0,8	0 a 0,5	0,8	0 a 0,4	-	-	-	-	-	-
Parques	0,90	0 a 27	0,7	0 a 0,55	0,7	0 a 0,55	-	-	-	-	-	-
RPPN	-	-	-	-	-	-	-	-	0,68	0 a 5,5	0,68	0 a 2,5
ARIE	0,66	0 a 0,9	0,66	0 a 0,4	0,66	0 a 0,24	0,66	0 a 0,8	0,66	0 a 0,3	0,66	0 a 0,23
Florestas	0,64	0 a 13,5	0,64	0 a 0,5	0,64	0 a 0,5	-	-	0,68	0 a 5,5	0,68	0 a 2,5
Terras Indígenas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45	0 a 0,5
APAs	-	-	-	-	-	-	0,08	0 a 1	0,08	0 a 0,5	0,08	0 a 0,5
AErt/LIT -----	-	-	-	-	-	-	0,08	1 a 1	0,08	0 a 0,5	0,08	0 a 0,5
Faxinais	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45	0 a 2,0	-	-

36 Estabelece os Fatores de Conservação Básicos para as Categorias de Manejo de Conservação, bem como os intervalos de escores mínimos e máximos para definição dos níveis de qualidade das Unidades de Conservação, de acordo com o bioma, categorias de manejo, domínio e âmbito de responsabilidade legal, em cumprimento às Leis nº 59/91 e 67/93 e normas complementares.

Floresta Ombrófila Densa												
Categorias de manejo	DOMÍNIO PÚBLICO						DOMÍNIO PRIVADO					
	Municipal		Estadual		Federal		Municipal		Estadual		Federal	
	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC	FCb	ESC
Reserva Biológica	1,00	0 a 16	0,8	0 a 0,5	0,8	0 a 0,4	-	-	-	-	-	-
Estação Ecológica	1,00	0 a 16	0,8	0 a 0,5	0,8	0 a 0,4	-	-	-	-	-	-
Parques	0,90	0 a 24	0,7	0 a 0,55	0,7	0 a 0,55	-	-	-	-	-	-
RPPN	-	-	-	-	-	-	-	-	0,68	0 a 5	0,68	0 a 2
ARIE	0,66	0 a 0,8	0,66	0 a 0,3	0,66	0 a 0,23	0,66	0 a 0,7	0,66		0,66	
Florestas	0,64	0 a 12	0,64	0 a 0,5	0,64	0 a 0,5	-	-	-	-	-	-
Terras Indígenas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45	0 a 0,5
APAs	-	-	-	-	-	-	0,08	0 a 1	0,08	0 a 0,5	0,08	0 a 0,5
AErt/LIT -----	-	-	-	-	-	-	0,08	0 a 1	0,08	0 a 0,5	0,08	0 a 0,5
Faxinais	-	-	-	-	-	-	-	-	0,45	0 a 2,0	-	-

Anexo 2. **Resumo da matriz de normas e regulamentações nos estados que consideram Terras Indígenas para fins de repasse de ICMS Ecológico**

Estado	Cota parte (%)	Legislação principal	Distribuição da cota parte	Requisitos para recebimento do ICMS Ecológico	Critérios para cálculo do Índice de repasse
PARANÁ	5	Lei Complementar nº 59/1991 Lei Estadual nº 9.491/1990 Decreto Estadual nº 2.791/1995 Lei Estadual nº 12.690/1999	2,5% mananciais de abastecimento 2,5% áreas protegidas	Preenchimento de tábuas de avaliação	Critérios quantitativos e qualitativos (melhor desempenho aumenta a pontuação); maior importância às UCs municipais
MATO GROSSO	5	Lei Complementar nº 73/2000 Decreto Estadual nº 2.758/2001 Lei Complementar nº 157/2004 Instrução Normativa nº 001/2010 Instrução Normativa nº 001/2015 Decreto Estadual nº 73/2019	5% da arrecadação do ICMS para os municípios que possuem áreas em unidades de conservação e terras indígenas	Cadastro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas no CEUC	Tamanho da área protegida dentro do município
MATO GROSSO DO SUL	5	Lei Complementar nº 57/1991 Lei Estadual nº 4.219/2012 Decreto Estadual nº 14.366/2015 Decreto Estadual nº 15.178/2019	3,5% unidades de conservação e terras indígenas 1,5% resíduos sólidos	Preenchimento de tábuas de avaliação (em revisão) até 31 de março	Tamanho e qualidade das áreas protegidas Qualidade de tratamento dos resíduos sólidos e da coleta seletiva
TOCANTINS	13	Lei Estadual nº 1.323/2002 Decreto Estadual nº 1.666/2002 Lei Estadual nº 2.959/2015 Decreto Estadual nº 5.264/2015 Resolução COEMA nº 40/2013 Lei Estadual nº 3.319/2017 Lei nº 3348/2018 Decreto Estadual nº 6.289/2021 Lei Estadual nº 3.923/2022	1,5% - Índice da Política Municipal de Meio Ambiente (IPAM) 1,5% - Índice do Controle de Queimadas e Combate de Incêndios do Município (ICQM) 4,0% - Índice de Conservação da Biodiversidade e Terras Indígenas do Município (ICBM) 3,5% Índice de Saneamento Básico e Conservação da Água (ISBAM) 1% - Índice Turismo Sustentável	Preenchimento de questionário e entrega de documentação anual referente à situação da área protegida até 15 de março.	Critérios quantitativos e qualitativos Resolução COEMA nº 40/2013 (em revisão)

Anexo 3. Compilação das legislações municipais que prevêem repasse de ICMS Ecológico para Terras Indígenas

MUNICÍPIO (ESTADO)	NORMATIVA	ANO	EMENTA
Tamarana (PR)	Lei 123	2000	Determina o repasse de 50% do ICMS Ecológico ao Fundo para as terras indígenas do município.
Juína (MT)	Lei 1.706 ³⁷	2017	Termo de Colaboração com a Associação do Povo Indígena Cinta Larga - Etereputa que determina o repasse de R\$75.000,00 os recursos do ICMS Ecológico.
Juína (MT)	Lei 1.705 ³⁸	2017	Termo de Colaboração com a Associação Indígena Enawenê Nawê que prevê o repasse de R\$70.000,00 dos recursos do ICMS Ecológico.
Juara (MT)	Lei 2.732 ³⁹	2018	Determina o repasse de até 15% (quinze por cento) do ICMS Ecológico para as Terras Indígenas ⁴⁰ .
Turvo (PR)	Lei 165	2019	Convênio que estabelece o repasse de 80.000 reais por ano para a Associação Comunitária Indígena Marrecas - ASCOIM
Chopinzinho (PR)	Decreto 195	2019	Dispõe sobre Procedimentos para Concessão de Incentivos Previstos na Lei Municipal nº 3.770/2019, que Institui que Política Municipal da Promoção dos Direitos Sociais dos Povos Indígenas de Chopinzinho.
Feliz Natal (MT)	Lei 775	2021 ⁴¹	O Município poderá aplicar durante o exercício financeiro um percentual máximo de até 15% (quinze por cento) dos recursos financeiros apurados dentro do exercício financeiro para o subsequente, advindos do "ICMS Ecológico" [...] para fins de Custeio e Investimentos em Unidades de Conservação e em Terras Indígenas.

³⁷ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/j/juina/lei-ordinaria/2017/171/1706/lei-ordinaria-n-1706-2017-dispoe-sobre-autorizacao-para-firmar-termo-de-fomento-ou-colaboracao-para-transferir-recursos-financeiros-do-icms-ecologico-para-a-entidade-legalmente-constituída-que-menciona-com-o-fim-da-execucao-do-programa-socio-ambiental-e-economica-da-etnia-cinta-larga-no-exercicio-financeiro-de-2017-e-das-outras-providencias?q=icms+ecológico>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

³⁸ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/j/juina/lei-ordinaria/2017/171/1705/lei-ordinaria-n-1705-2017-dispoe-sobre-autorizacao-para-firmar-termo-de-fomento-ou-colaboracao-para-transferir-recursos-financeiros-do-icms-ecologico-para-a-entidade-legalmente-constituída-que-menciona-com-o-fim-da-execucao-do-programa-de-protecao-ambiental-cultura-e-economica-da-etnia-enawene-nawê-no-exercicio-financeiro-de-2017-e-das-outras-providencias?q=Associação%20Enawene%20Nawê>. Acesso em 09 de julho de 2022.

³⁹ Disponível em: <https://sic.tce.mt.gov.br/131/home/download/id/164145>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

⁴⁰ Em 2019, o prefeito de Juara moveu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) na Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, e esta lei foi julgada inconstitucional. Portanto, apesar do município ter avançado com o disciplinamento do recurso, não houve avanço no arranjo político para sua aplicação.

⁴¹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/f/feliz-natal/lei-ordinaria/2021/78/775/lei-ordinaria-n-775-2021-preve-percentual-de-aplicacao-de-recurso-financeiro-orcundo-do-icms-ecologico-e-seu-respectivo-plano-de-aplicacao-e-das-outras-providencias?q=icms+ecológico>. Acesso em 09 de julho de 2022..